



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS**  
**CÂMPUS UNIVERSITÁRIO DE PALMAS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO E SOCIEDADE**

**BRUNO RICARDO CARVALHO PIRES**

**A PERSPECTIVA COMUNICACIONAL DA ORALIDADE E A UTILIZAÇÃO DAS  
MÍDIAS DIGITAIS (*REDES SOCIAIS ONLINE*) PARA A PRODUÇÃO E A  
REPRODUÇÃO DO CONHECIMENTO TRADICIONAL:  
ESTUDO DA COMUNIDADE TRADICIONAL QUILOMBOLA DE LAJEADO  
(DIANÓPOLIS/TO)**

**Palmas (TO)**

**2021**

**BRUNO RICARDO CARVALHO PIRES**

**A PERSPECTIVA COMUNICACIONAL DA ORALIDADE E A UTILIZAÇÃO DAS  
MÍDIAS DIGITAIS (*REDES SOCIAIS ONLINE*) PARA A PRODUÇÃO E A  
REPRODUÇÃO DO CONHECIMENTO TRADICIONAL:  
ESTUDO DA COMUNIDADE TRADICIONAL QUILOMBOLA DE LAJEADO  
(DIANÓPOLIS/TO)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Comunicação e Sociedade (PPGCOM) – Universidade Federal do Tocantins (UFT) – como requisito obrigatório à obtenção do grau de Mestre em Comunicação e Sociedade.

Orientador: Prof. Dr. Nelson Russo de Moraes

Palmas (TO)

2021

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**  
**Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins**

---

- P667p Pires, Bruno Ricardo Carvalho.  
A PERSPECTIVA COMUNICACIONAL DA ORALIDADE E A UTILIZAÇÃO DAS MÍDIAS DIGITAIS (REDES SOCIAIS ONLINE) PARA A PRODUÇÃO E A REPRODUÇÃO DO CONHECIMENTO TRADICIONAL: ESTUDO DA COMUNIDADE TRADICIONAL QUILOMBOLA DE LAJEADO (DIANÓPOLIS/TO) . / Bruno Ricardo Carvalho Pires. – Palmas, TO, 2021.  
80 f.  
Dissertação (Mestrado Acadêmico) - Universidade Federal do Tocantins – Câmpus Universitário de Palmas - Curso de Pós-Graduação (Mestrado) em Comunicação e Sociedade, 2021.  
Orientador: Nelson Russo de Moraes  
1. Comunidades Tradicionais. 2. Oralidade. 3. Mídias digitais. 4. Quilombola. I. Título

**CDD 302.2**

---

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

**Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).**

## FOLHA DE APROVAÇÃO

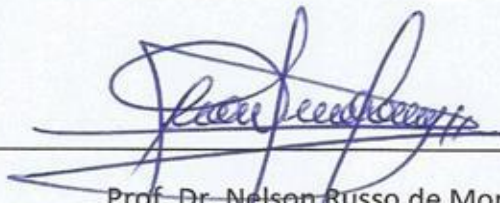
BRUNO RICARDO CARVALHO PIRES

**"A PERSPECTIVA COMUNICACIONAL DA ORALIDADE E A UTILIZAÇÃO DAS MÍDIAS DIGITAIS (REDES SOCIAIS ONLINE) PARA A PRODUÇÃO E A REPRODUÇÃO DO CONHECIMENTO TRADICIONAL: ESTUDO DA COMUNIDADE TRADICIONAL QUILOMBOLA DE LAJEADO (DIANÓPOLIS/TO)"**

Esta dissertação foi julgada adequada para a obtenção do título de Mestre em Comunicação e Sociedade e aprovada em sua forma final pelo Orientador e pela Banca Examinadora

Data de aprovação: 11/02/2021

Banca Examinadora:



Prof. Dr. Nelson Russo de Moraes  
Universidade do Estadual Paulista- UNESP  
Orientador



PT Prof. Dr. Fernando Barnabé Cerqueira  
Instituto Educacional Santa Catarina – FAG  
Primeiro avaliador



PT Prof. Dr. Francisco Gilson Rebouças Porto Júnior  
Universidade Federal do Tocantins-UFT  
Segundo avaliador

Dedico aos amados incondicionalmente: à memória do meu avô, José Joaquim de Sá; à memória de minha avó e eterna professora, Sóstenes Maria de Sá; mãe, Raimunda Carvalho de Sá Pires; pai, Alberto Filho Pires.

*A liberdade de procurar e dizer a verdade é um elemento essencial da comunicação humana, não só com relação aos fatos e à informação, mas também e especialmente sobre a natureza e destino da pessoa humana, com respeito à sociedade e o bem comum, com respeito à nossa relação com Deus.*

**João Paulo II**

## AGRADECIMENTOS

Ao voltar à memória, são tantos os fatos na trajetória do mestrado, a qual tem a abstrata essência de um caminho nunca percorrido e que tampouco permitirá que outros percursos sejam trilhados da mesma maneira. Momentos com colegas, com professores e com servidores do PPGCOM, integrados com os demais programas e universidades brasileiras e do mundo afora, permitiram que laços afetivos fossem desenvolvidos, laços esses sedimentados com um punhado de solidariedade e com a extremamente importante empatia. Foram esses os fatores que produziram resultados de uma formação acadêmica em sua totalidade.

Quando lanço olhares para base das condições mencionadas, transparece a indissociável relevância de minha família. Em específico, minha mãe, Raimunda Carvalho de Sá Pires, e meu pai, Alberto filho Pires, os quais sempre estiveram ao meu lado (se orgulhando com todo o acontecido) em se posicionam como meus maiores incentivadores.

A minha digníssima esposa, Joicileia Juliate Fonseca – sempre solícita – que, ao longo dessa caminhada, deu-me não só força, mas carinho e apoio para vencer mais essa etapa da vida acadêmica. A minha filha Cecília Juliate P. de Sá, que, por sua inocência e pureza de criança, é o anjo que me ilumina, é a benção ungida por Deus e que incidiu positivamente para com minha formação humana, dando solar sentido do conhecimento na vida e para a vida. Obrigada, meus amores, por suportarem minha ausência em diversos momentos.

Sou grato a minha família ampliada como um todo, que sempre revezavam para cuidarem dos meus em minha inevitável impossibilidade de estar presente. Neste sentido, agradeço ao meu irmão, Thiago David Carvalho Pires, e a minha irmã, Bruna Sóstenes Pires de Sá, que sempre externaram a melhor amizade. Obrigado pelo apoio e torcida minha prima Meire Luce Ribeiro de Sá.

Nesse enredo de conjuntura familiar, devo fazer referência à memória da minha avózinha materna que foi professora e se orgulhava disso, minha heroína e grande fonte de sabedoria, que mesmo diante de tantas demências (no período em que cursava o mestrado), com seus gestos, sempre ensinava com inúmeras lições de vida, sempre abriu as portas da sua casa para acolher, não só a mim, mas a todos(as). Sempre acalmava os seus entes com seus abraços nos momentos difíceis. Hoje não está conosco em matéria, mas certamente de um bom lugar continua sua missão como cristã e serve de Deus, muitas saudades vovó Sóstenes Maria de Sá.

Meu eterno agradecimento a todos os meus amigos, que deram uma contribuição valiosa para a minha jornada acadêmica, com conselhos, palavras de apoio, puxões de orelha e risadas. Só tenho a agradecer e dizer que esse trabalho também é de vocês.

Nesse rol de amizades devo fazer menção ao meu mestre, Prof. Dr. Nelson Russo de Moraes, que, como orientador e fraterno amigo, direcionou-me com sua grande expertise teórica à realização dessa pesquisa e ao Prof. Dr. Francisco Gilson Rebouças Porto Júnior que é sempre providencial em seus apontamentos e, com todo o carisma e atenção, trouxe a luz em diversos momentos para continuidade dessa caminhada acadêmica.

Sou grato à solícita equipe do PPGCOM da UFT, professores e funcionários. Aos meus colegas discentes deste curso de mestrado, que me oportunizaram convivências alegres, os quais classifico como momentos maravilhosos de descontração e de cooperação nesta jornada do conhecimento.

Agradeço de todo o coração *aos/às “lajenses” e dianopolinos(as) da Comunidade Quilombola Lajeado* pelo acolhimento, convivência, amizade e participação na aplicação do questionário. Agradeço principalmente por terem me ensinado que não precisamos de muito para sermos felizes.

A todos os citados e categorizados direta ou indiretamente, fato este que não minimiza a importância de cada um em específico e de todos no geral, partilho do título de Mestre em Comunicação e Sociedade da Universidade Federal do Tocantins - UFT.

Aqui registro os meus singelos agradecimentos a todos(as).



PIRES, Bruno Ricardo Carvalho. **A perspectiva comunicacional da oralidade e a utilização das mídias digitais (redes sociais *online*) para a produção e a reprodução do conhecimento tradicional: estudo da Comunidade Tradicional Quilombola de Lajeado (Dianópolis/TO)**. 2021. 80f. Dissertação de Mestrado (Programa de Pós-graduação em Comunicação e Sociedade), Universidade Federal do Tocantins – UFT, Palmas/TO.

### RESUMO

A oralidade e as redes sociais on-line são meios pelos quais há produção e reprodução de conhecimento nas comunidades tradicionais. A presente dissertação de mestrado é fruto de pesquisa científica interdisciplinar na área de humanidades, especialmente na convergência entre os campos da comunicação e da antropologia cultural. Investigou-se a participação da oralidade e das mídias digitais (especificamente as redes sociais on-line) sobre os processos de produção e de reprodução do conhecimento junto à Comunidade Tradicional Quilombola de Lajeado (Dianópolis/TO). Utilizou-se da abordagem qualitativa e a tipologia de pesquisa exploratória-descritiva, segundo seus objetivos. As técnicas partiram de estudos socio-históricos e das densas teorias da comunicação e da antropologia para a aplicação de um questionário semiestruturado de pautas, sendo utilizada a ferramenta *google forms*, dada a condição pandêmica e os interesses de se obter rápidas respostas ao questionário, inclusive com caráter censitário. As principais conclusões apontam para a maior importância, em termos de aceitação e de legitimidade, da oralidade para a manutenção da memória e dos diálogos comunitários, mas que o diálogo e a demarcação da identidade para com a sociedade, de modo geral, passam pela utilização das novas tecnologias da informação e da comunicação. Assim, conclui-se que, na Comunidade Lajeado, a produção e a reprodução do conhecimento passam sim pelas questões de ordem geracional, mas que possuem como vias de comunicação a oralidade e as novas tecnologias da informação e da comunicação, as quais vêm contribuindo com preservação da cultura tradicional, especificamente pela utilização das redes sociais on-line.

**Palavras-chaves:** Comunicação. História oral. Redes sociais on-line. Mídias digitais. Comunidade Tradicional Quilombola de Lajeado.

PIRES, Bruno Ricardo Carvalho. **The communicational perspective of orality and use of digital media (online social networks) for the production and reproduction of traditional knowledge: Study of the Quilombola Traditional Community of Lajeado (Dianópolis/TO)**. 2021. 80f. Master's Dissertation (Postgraduate Program in Communication and Society), Federal University of Tocantins - UFT, Palmas/TO.

#### **ABSTRACT**

Orality and online social networks are means by which knowledge is produced and reproduced in traditional communities. This master's thesis is the result of interdisciplinary scientific research in the humanities area, especially in the convergence between the fields of communication and cultural anthropology. The participation of orality and digital media (specifically online social networks) on the processes of knowledge production and reproduction within the Traditional Quilombola Community of Lajeado (Dianópolis / TO) was investigated. We used the qualitative approach and the typology of exploratory-descriptive research, according to its objectives. The techniques started from socio-historical studies and from dense theories of communication and anthropology to the application of a semi-structured questionnaire of guidelines, using the google forms tool, given the pandemic condition and the interests of obtaining quick answers to the questionnaire. The main conclusions point to the greater importance, in terms of acceptance and legitimacy, of orality for the maintenance of memory and community dialogues, but that the dialogue and the demarcation of identity with society, in general, pass through the use new information and communication technologies. Thus, it can be concluded that, in the Lajeado Community, the production and reproduction of knowledge do go through generational issues, but have orality and new information and communication technologies as means of communication, which have contributed with preservation of traditional culture, specifically through the use of online social networks.

**Keywords:** Communication. Oral history. Online social networks. Digital media. Quilombola Traditional Community of Lajeado.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa da localização do município de Dianópolis, TO.....	27
Figura 2 – Fotos da acolhida em reunião da comunidade .....	29
Figura 3 – Fotos do momento de aprendizagem mútua com utilização do utensílio pilão .....	29
Figura 4 – Foto do local da Morada de Anciões, Matriarca e Patriarca da Comunidade.....	30
Figura 5 – Foto da carpa/limpeza da área externa da sede da associação .....	31
Figura 6 - Síntese das principais literaturas de comunicação utilizadas na pesquisa .....	34
Figura 7 - Capa da <i>fanpage</i> da Comunidade Quilombola Lajeado .....	60
Figura 8 - Manifestações/nota de repúdio de resistência na <i>fanpage</i> da comunidade.....	61
Figura 9 - Fanpage: Notícia da morte da matriarca da comunidade.....	61
Figura 10 - Grupo de WhatsApp da Comunidade Quilombola Lajeado .....	63

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Questão 1.....	53
Gráfico 2 - Questão 5.....	55
Gráfico 3 – Questão 6.....	55
Gráfico 4 – Questão 7.....	56
Gráfico 5 – Questão 8.....	57
Gráfico 6 – Questão 10.....	57
Gráfico 7 – Questão 11.....	58
Gráfico 8 – Questão 13.....	59
Gráfico 9 – Questão 14.....	59
Gráfico 10 – Questão 15.....	62
Gráfico 11 – Questão 16.....	64
Gráfico 12 – Questão 17.....	64
Gráfico 13 – Questão 18.....	65

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Questão 19 .....	65
Tabela 2 – Questão 20 .....	66

## **LISTA DE SIGLAS**

ADCT – Ato das Disposições Constitucionais Transitórias

ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INCRA – Instituto de Colonização e Reforma Agrária

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário

ONU – Organização das Nações Unidas

PPGCOM – Programa de Pós-graduação em Comunicação e Sociedade

RTID – Relatório Técnico de Identificação e Delimitação

UFT – Universidade Federal do Tocantins

UNESP – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>14</b>
<b>1.1 Aproximações ao campo de pesquisa .....</b>	<b>14</b>
<b>1.2 Problema da pesquisa .....</b>	<b>16</b>
<b>1.3 Objetivos da pesquisa .....</b>	<b>17</b>
1.3.1 Objetivo Geral .....	17
1.3.2 Objetivos Específicos .....	17
<b>1.4 Justificativas da pesquisa .....</b>	<b>17</b>
<b>1.5 Estrutura da dissertação (organização capitular) .....</b>	<b>18</b>
<b>2 METODOLOGIA.....</b>	<b>20</b>
<b>2.1 Organização e reorganização da pesquisa diante da pandemia de 2020 .....</b>	<b>20</b>
<b>2.2 Delineamento e metodologia da pesquisa .....</b>	<b>21</b>
<b>2.3 Recorte geográfico, humano e cultural dos estudos.....</b>	<b>25</b>
<b>3 COMUNICAÇÃO E INTERDISCIPLINARIDADE.....</b>	<b>34</b>
<b>3.1 Comunicação, oralidade e mídias digitais .....</b>	<b>34</b>
<b>3.2 A história das comunidades e o debate sobre direitos humanos .....</b>	<b>38</b>
<b>3.4 As relações entre a sociedade e a cultura das comunidades tradicionais .....</b>	<b>44</b>
<b>3.5 Comunidades tradicionais e seu <i>modus vivendi</i>.....</b>	<b>46</b>
<b>4 DISCUSSÕES E ENCAMINHAMENTOS.....</b>	<b>52</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>70</b>
<b>ANEXO A - Ata da reunião ordinária do mês de janeiro da Comunidade Tradicional de Lajeado (Dianópolis/TO), autorizando a pesquisa de campo.....</b>	<b>79</b>

# 1 INTRODUÇÃO

## 1.1 Aproximações ao campo de pesquisa

A humanidade, em sua trilha de superação de desafios primitivos, foi se organizando em grupos sociais que se originaram a partir de pequenas aldeias, as quais, por sua vez, uniram-se pela territorialidade e pela consanguinidade, o que levou à crescente complexidade e, por isso, à novos desafios. Alguns estudiosos sobre a evolução do pensamento social humano, como Dias (2017) e Leff (2011) destacam que, desde o iluminismo, o homem busca respostas concretas aos problemas, o que esculpiu seus pensamentos e sua própria razão entre os séculos XVIII e XIX, momentos em que foi experimentado o auge da urbanização e da industrialização.

Na obra a “Era dos Extremos: o breve século XX”, Hobsbawn (1995) destaca que o ser humano viveu um volume tão grande de transformações e de experiências, na segunda metade do século XX, que o fez produzir um volume de conhecimento talvez similar ao de todos os séculos anteriores. Tantas alterações, experiências e conhecimentos causaram profundas alterações nas relações sociais e transformaram, significativamente, as próprias normas sociais vigentes, entre elas a utilização da comunicação como elemento central à produção de conhecimento.

A vida contemporânea, complexa, fortemente definida e envolta por fenômenos sociais planetários, como a formação de capital transnacional, a rede internacional de computadores – internet –, e a própria globalização são estabelecidas a partir de decisões cotidianas. Essas, por sua vez, são indutoras das vontades humanas naturais e racionais. Neste campo, entre a sociologia e a antropologia, as comunidades e sua sociabilidade são organizadas a partir de relações menos formais e mais afetivas e práticas, em contraposição aos domínios da sociedade, no alto da racionalidade humana (BRANCALEONE, 2008; TÖNNIES, 1957).

Assim, a humanidade vem se organizando em grupamentos distintos, de acordo com as suas vontades, ou seja, em comunidade ou sociedade. Nas comunidades imperam relações mais simples e postas sobre a intimidade de familiares, vizinhos e daqueles que possuem religiosidade comum, enquanto que nas sociedades estão ao plano central, a divisão do trabalho, os interesses do capital e a contratualidade entre as pessoas. Comunidades indígenas, quilombolas, famílias e paróquias; empresas, cidades e o próprio Estado são, respectivamente, bons exemplos de grupos de comunidades e de organizações da sociedade.

O Brasil pode ser compreendido, a princípio, como uma grande sociedade. Nesta habitam mais de 200 milhões de pessoas dentro de um mesmo território, as quais se encontram



distribuídas em diferentes estados e municípios e são organizado por legislações gerais e específicas que desdobram de uma constituição federal. O Brasil possui em seu contingente humano milhares de comunidades, entre as quais existem laços afetivos, de consanguinidade, de coabitação comunitária e mesmo de orientação religiosa.

Multicultural desde sua essência, o Brasil conta com 305 etnias indígenas, distribuídas em centenas de terras indígenas e milhares de aldeias dispostas por todo o território nacional (FUNAI, 2020). Além disso, o país conta com 3.054 comunidades quilombolas, devidamente registradas pela Fundação Cultural Palmares, além de outras milhares em processos de identificação antropológica e definições legais (FUNDAÇÃO PALMARES, 2019). São também identificadas no país comunidades de geraizeiros, jangadeiros, ribeirinhos, pescadores tradicionais, caiçaras, pantaneiros, faxinalenses, quebradeiras de coco de babaçu, comunidades de terreiro, varjeiros e outras categorias tratadas por diversos estudiosos, dentre eles Diegues e Arruda (2001), Brandão (2015), Moraes (2017) e Vieira (2014).

As comunidades tradicionais brasileiras são formadas por agrupamentos humanos distintos que possuem dentre suas características a autoafirmação de seu grupo, a defesa do meio ambiente e a religiosidade, sendo observados, dentre outras, as comunidades tradicionais quilombolas, ribeirinhas, caiçaras, de pescadores, geraizeiras, quebradeiras de coco, faxinalenses e povos de fundo de pastos (BRANDÃO, 2015).

A produção do conhecimento em qualquer grupamento humano, inclusive junto aos povos originários e comunidades tradicionais, passa pela comunicação. Nesta, a produção gráfico-textual tem evidência sobre as demais formas e meios, dado suas possibilidades de armazenamento e revisitação ao tempo presente e por gerações descendentes. Contudo, especificamente junto aos povos originários (indígenas) e às comunidades tradicionais, a oralidade possui destaque como meio de se comunicar o conhecimento para a produção de novas significações.

Acadêmicos brasileiros fazem a diferenciação entre os chamados povos originários e as comunidades tradicionais. Os primeiros – povos originários – são as civilizações indígenas americanas e, ao caso africano, as civilizações e tribos africanas, os quais foram submetidos ao toque colonizador, geralmente de caráter etnocentrista e alinhado aos interesses econômicos. Os segundos – comunidades tradicionais –, são os grupamentos humanos formados a partir de um conjunto de características que, em conjunto, dariam a circunscrição de povos autodeterminados como diferenciados em relação ao perfil societário e predominantemente urbano da sociedade contemporânea (MORAES *et al.*, 2017).

Em toda trilha humana, quer seja pautada à luta pela manutenção da espécie quer seja

pelas transformações necessárias a sua evolução diante das relações sociais e com o meio, houve sempre apropriação das observações, das experiências e do raciocínio para a produção e para a reprodução da vida. Neste sentido, Martins e Theóphilo (2009) destacam a existência de diferentes tipos ou níveis de conhecimento, tais como, o conhecimento filosófico, o conhecimento religioso, o conhecimento científico e o conhecimento tradicional.

## 1.2 Problema da pesquisa

Ao aproximar a complexidade subjetiva da produção e da reprodução do conhecimento à complexidade socioeconômica, cultural e histórica dos 520 anos de formação da sociedade brasileira pós-cabralina, processos etnocentristas, notadamente estudados pela antropologia, são então postos como estrutura de análise das culturas e do etnodesenvolvimento de povos indígenas e comunidades tradicionais.

Neste estudo, assume-se como pressuposto a não existência de povos e culturas atrasadas e/ou adiantadas, rechaçando-se qualquer perspectiva etnocêntrica que possa se contrapor à importância das especificidades culturais e ancestrais de cada radical étnico ou à composição teórica que cada cultura possui em sua história. Tal pressuposto tem embasamento na teoria antropológica do Difusionismo Cultural, de Franz Boas (1858-1942), (BARROS JÚNIOR *et al.*, 2011).

Nesta teoria, Franz Boas estabelece o que o processo de empréstimo cultural, causado pelo fenômeno da interação especialmente em situações em que haja a fricção interétnica, enfraquece as culturas tomadas como mais puras e fechadas. Tal que a formação de processos mistos para a produção e reprodução do conhecimento podem culminar na fragilização de raízes culturais e no enfraquecimento da valorização das ancestralidades (RIBEIRO, 1979).

A partir de Stavenhagen (1985) e do conceito de etnodesenvolvimento, tomado como importante via para a produção do bem-estar humano a partir da diversidade e ao mesmo tempo da especificidade cultural e étnica de povos originários e de comunidades tradicionais, passa-se, então, a convergir para o recorte do problema em estudo, os campos da comunicação. Afinal, trata-se de um fenômeno onde há a codificação e a significação das experiências vividas para a produção e a posterior reprodução do conhecimento tradicional como indutor do etnodesenvolvimento.

Neste sentido, estabelece-se como problema central de pesquisa deste processo de investigação: “qual a participação da oralidade e das mídias digitais (redes sociais *online*) na produção e na reprodução do conhecimento na Comunidade Tradicional Quilombola de

Lajeado (Dianópolis/TO)?”

### **1.3 Objetivos da pesquisa**

#### 1.3.1 Objetivo Geral

A partir da definição e circunscrição do assunto e do tema da investigação, da aproximação teórica preliminar ao problema, do detalhamento desse e de sua expressão acima posta, considerando-se preliminarmente a Comunidade Tradicional Quilombola de Lajeado, em Dianópolis/TO, como recorte geográfico e humano de estudos, define-se como objetivo máximo deste trabalho:

- Descrever a participação da oralidade e das mídias digitais (redes sociais *online*) para a produção e reprodução do conhecimento na Comunidade Tradicional Quilombola de Lajeado (Dianópolis/TO).

#### 1.3.2 Objetivos Específicos

A partir do problema central de pesquisa e das questões condutoras, de modo a sustentar o objetivo geral deste trabalho, estabelecem-se como objetivos específicos:

- Circunscrever o âmbito teórico da convergência entre os campos da Comunicação, da Sociologia e da Antropologia, de modo articulado ao conceito de etnodesenvolvimento;
- Resgatar a historiografia da Comunidade Tradicional Quilombola de Lajeado (Dianópolis/TO);
- Identificar a comunicação oral (oralidade) na produção e na reprodução do conhecimento tradicional de modo geral e especificamente junto à Comunidade Tradicional Quilombola de Lajeado (Dianópolis/TO);
- Identificar a utilização das mídias digitais (redes sociais *online*) na produção e reprodução de conhecimento tradicional na Comunidade Quilombola de Lajeado (Dianópolis/TO).

### **1.4 Justificativas da pesquisa**

Ao trazer à baila a aproximação e o problema de pesquisa das circunscrições relacionadas ao campo específico e empírico ao qual se aplicam o método científico e mais especificamente os produtos finais esperados a partir das aplicações deste trabalho, estabelece-se e defende-se como justificativas:

- 1) A Universidade Federal do Tocantins – UFT estar em uma unidade federativa com muitos povos originários e comunidades tradicionais, como bem destacam diversos documentos oficiais, dentre eles o Zoneamento Ecológico-econômico do Governo do Estado do Tocantins (TOCANTINS, 2017);
- 2) Pela importância de melhor instrumentalizar a sociedade brasileira aos debates contemporâneos sobre as relações sociais e políticas entre os povos originários, as comunidades tradicionais e a sociedade;
- 3) Pela centralidade do campo da Comunicação, em estreita articulação teórica com a Sociologia e a Antropologia, para a tessitura dialógica interdisciplinar de conceitos, diálogos de saberes e produção do conhecimento em todos os seus níveis, com destaque ao conhecimento tradicional;
- 4) Pela ainda reduzida bibliografia que possa retroalimentar novas pesquisas nos campos de convergência entre a Comunicação, a Sociologia, a Antropologia e a seara específica do etnodesenvolvimento de povos originários e de comunidades tradicionais;
- 5) Pelo interesse deste estudante do Curso de Mestrado Acadêmico em Comunicação e Sociedade – PPGCOM, da Universidade Federal do Tocantins – UFT, em estudar e compreender conceitos, melhor se inserindo e contribuindo para a produção de conhecimento sobre as comunidades tradicionais tocaninenses.

### **1.5 Estrutura da dissertação (organização capitular)**

Esta dissertação de mestrado traz como temática central a contribuição da comunicação para a produção de conhecimentos em comunidades tradicionais, especificamente quilombolas, dialogando com as áreas da Sociologia e da Antropologia. Problematiza a participação da oralidade como veículo de produção e de reprodução do conhecimento, instrumentalizando a manutenção da tradição e cultura quilombola. É organizada pelos seguintes capítulos:

No presente capítulo, capítulo 1, a introdução ao tema traz a abordagem inicial à seara de estudos e ao problema central estudado, uma breve indicação dos alinhamentos tangenciados com as searas da Comunicação, Sociologia e Antropologia, indicando as principais trilhas teóricas do estudo, alguns autores utilizados e a circunscrição do problema de pesquisa. Também apresenta o problema de pesquisa, os objetivos e as justificativas do trabalho em nível de mestrado e, por fim, a organização capitular da dissertação.

O capítulo 2, de Metodologia, inicia-se com a apresentação do processo de (re)organização necessária aos materiais e métodos, dada a falta de condições sanitárias ao tempo pandêmico, por covid-19, vivido no ano de 2020. Logo após, apresentam-se ao delineamento da pesquisa todos os detalhes metodológicos e, ao fim da seção, traz-se a apresentação do recorte geográfico, humano e cultural da pesquisa.

Ao capítulo 3, intitulado “Comunicação e Interdisciplinaridade”, tem-se uma revisão sobre os fundamentos do campo da Comunicação, de modo interligado às searas de humanidades, tais como, a Sociologia, a Antropologia e as especificidades da fundamentação teórica de comunidades tradicionais e da oralidade como a instrumentalidade central de comunicação das comunidades tradicionais.

No capítulo 4, tem-se as “Discussões Teóricas e Encaminhamentos”, no qual são articuladas as teorias postas no capítulo anterior fazem diálogo com a realidade histórica, social e cultural das comunidades quilombolas, de modo geral, e com a Comunidade Tradicional Quilombola de Lajeado (Dianópolis/TO) em específico.

Ao capítulo 5, estabelecem-se as considerações finais do trabalho, indicando as consolidações quanto aos objetivos estabelecidos e a construção de resposta para o problema central da pesquisa que fundamenta esta comunicação em forma de dissertação.

Por fim, após as referências utilizadas nesta comunicação, juntam-se os anexos deste trabalho, os quais podem ajudar na compreensão dos contextos convergentes entre as comunidades quilombolas e o campo da comunicação, no recorte deste trabalho.

## 2 METODOLOGIA

### 2.1 Organização e reorganização da pesquisa diante da pandemia de 2020

De modo atípico, é importante iniciar esta seção da dissertação de mestrado com a apresentação do contexto no qual os trabalhos de investigação foram propostos e como foram sendo alterados. Assim, viveu-se o tempo desta pesquisa em tempos de pandemia. No ano de 2019, foram vencidas as disciplinas do curso e no ano de 2020, período de trabalhos de campo e diálogos comunitários, a humanidade vivia o distanciamento social preventivo para se reduzirem as mortes pelo covid-19.

Soma-se à formação pessoal/profissional do mestrando os investimentos de tempo e de recursos para os estudos iniciais de campo, isto é, foram realizadas diversas viagens para contatos com as comunidades quilombolas, de modo geral, e com a comunidade escolhida para este trabalho. Indispensável destacar – especialmente para quando este trabalho for consultado *a posteriori* – que, no ano de 2020, a humanidade, de modo geral, e as comunidades quilombolas brasileiras sofreram forte impacto<sup>1</sup> pela condição pandêmica vivida com o surgimento e rápida disseminação do covid-19, com impactos<sup>2</sup> sobre a pesquisa e com reflexos metodológicos sobre as trilhas desta dissertação de mestrado.

Bai *et al.* (2020), destacam que, em Wuhan (China), em novembro de 2019, uma mulher de 20 anos teria sido a paciente 1 de covid-19 (SarsCoV-2), uma enfermidade causada pelo Novo Coronavírus. Com rápida proliferação entre os humanos, a doença já tinha acometido mais de 118 mil pessoas, com mais de quatro mil mortes em 11 de março de 2020, quando a Organização Mundial da Saúde declarou a pandemia (PAHO/WHO, 2020). No mês de junho de 2020, havia mais de 14 milhões de casos no mundo e mais de dois milhões de casos no Brasil (HOPKINS, 2020).

Deste modo, imersos no contexto pandêmico, as lideranças de povos originários (indígenas) e tradicionais (especialmente quilombolas) começaram a reduzir a permissão de acesso e mesmo a fechar as entradas das aldeias, vilas e territórios, isso já nos primeiros meses de 2020. No caso indígena, em que a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) centraliza e controla o acesso aos territórios indígenas em Brasília/DF, houve o desaconselhamento do ingresso de estudantes e de pesquisadores nas aldeias, inclusive desautorizando boa parte dos processos de

---

<sup>1</sup> Falta de assistência médica, de acesso à prevenção contra a covid-19, de soberania alimentar para subsistência familiar. Disponível em: <https://terradedireitos.org.br/covid19/noticias/falta-de-acesso-aos-alimentos-impacta-comunidades-quilombolas-em-diferentes-estados-brasileiros/23490>. Acesso: 29/02/2021.

<sup>2</sup> Órgão sanitários (OMS, ANVISA, etc.) e grupos de estudos e pesquisas acadêmicas em face a pandemia desaconselham as atividades de pesquisa de campo, recomendando restringir que apenas experimentos imprescindíveis sejam realizados.

pesquisa.

Nas comunidades quilombolas que, na maioria dos casos, possuem vivência rural e convivência dinâmica entre crianças, adultos e muitos idosos, o impacto foi imediatamente forte, com muitas mortes. Neste sentido, a pesquisa base desta dissertação, antes fortemente atrelada à estratégia de estudo de caso, tomando como principal técnica de coleta de dados as entrevistas de campo, dentro do viés de uma investigação de cunho empírico, inclusive já com autorização da Comunidade Tradicional Quilombola de Lajeado, de Dianópolis/TO (anexo A), teve de ser alterada para metodologias que pudessem trazer respostas ao problema circunscrito a partir do aprofundamento ao plano teórico.

## **2.2 Delineamento e metodologia da pesquisa**

A partir do campo das justificativas, dentro da seção “Introdução” desta dissertação de mestrado, tem-se uma aproximação importante da perspectiva do Programa de Pós-graduação em Comunicação e Sociedade (PPGCOM), da Universidade Federal do Tocantins (UFT), e do mestrando que conduziu a pesquisa, no sentido de trazer a sua legitimidade e base de trabalhos.

A questão da formação socio-histórica e os contextos das relações sociais quilombolas constituem-se como um grande desafio de pesquisa para a academia brasileira. Tais temas, devido à amplitude e à complexidade, são remetidos ao plano de trabalhos interdisciplinares. Assumiu-se, no processo de pesquisa, que as culturas possuem uma história, contextos e que, pela interação das comunidades quilombolas com a sociedade nacional, ocorre a fricção interétnica, o que leva a transformações que nem sempre são boas ou exitosas.

A comunicação, que possui fundamentações e perspectivas próprias, e a produção de conhecimentos dela decorrente, ao convergirem para contextos intracomunitários, defrontam-se com fenômenos complexos. A complexidade ocorre, dentre outros motivos, devido aos lugares de fala acadêmica do próprio mestrando e dos lugares de fala dos anciãos, os quais carregam elementos de suas raízes culturais.

Compreendendo que o processo antropológico de fricção interétnica entre comunidades quilombolas e a sociedade nacional impacta desde as primeiras aproximações e violentos contatos de europeus colonizadores com populações africanas, toma-se como recorte de pesquisa as comunidades tradicionais, a matriz cultural africana e a oralidade, esta fortemente utilizada para a produção e reprodução de conhecimento pelas comunidades quilombolas.

Definindo-se um fio condutor teórico, estabeleceu-se que a pesquisa desenvolvida se estabelece dentro da tipologia descritiva, segundo os objetivos, por ser aquela que pode

apresentar a historiografia de um fenômeno sem omitir os detalhes de seu curso, revelando-se como a melhor opção para estudar a convergência entre a comunicação e a produção/reprodução de conhecimento nas comunidades quilombolas (CONDURU; PEREIRA, 2010).

Conduru; Pereira (2010), destacam que a pesquisa do tipo descritiva refere-se àquela em que o pesquisador busca, para além da definição do fenômeno, explicar seu conceito (pesquisa do tipo exploratória), responder às inquietações do “como” tal fenômeno se estabeleceu dentro das relações sociais intracomunitárias no contexto contemporâneo. Assim, os autores destacam que, com a pesquisa descritiva, efetivamente, objetiva-se a descrever um fato ou fenômeno de interesse, caracterizando-o pelas “[...] conexões entre base teórico-conceitual existente ou outros trabalhos realizados sobre o assunto e o fato correlato” (CONDURU; PEREIRA, 2010, p. 40).

A natureza do problema de pesquisa circunscrito e a sua delimitação do recorte de campo trazem possibilidades concretas de que as abordagens pudessem se estabelecer pelos planos qualitativos ou quantitativos, à depender do problema e da sua articulação com os objetivos de pesquisa. Assim, para a realização da pesquisa que resultou nesta dissertação de mestrado, observou-se que a abordagem quantitativa seria inapropriada para se chegar ao êxito dos trabalhos, pois os números seriam insuficientes.

Ao observar-se que os números, gráficos e percentis são insuficientes para a resolução de um determinado problema e para a consecução dos objetivos estabelecidos, Minayo (2001) assevera que se deve optar pela abordagem qualitativa (ou dependendo do caso por um híbrido misto entre a qualitativa e a quantitativa). Segundo Minayo (2001) a abordagem qualitativa é a mais acertada para a pesquisa:

[...] que responde a questões muito particulares, se preocupando, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, trabalhando com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (MINAYO, 2001, p. 21).

Lazarsfeld (1901-1976), como um dos pioneiros a estudar casos de pesquisa cujos princípios positivistas e cartesianos eram insuficientes aos trabalhos, destaca como contextos investigativos nos quais a abordagem qualitativa deve ser preferencial: (a) a construção qualitativa substitui de modo exitoso as informações quantitativas e estatísticas referentes a tempos passados; (b) nos casos em se necessitam buscar dados e informações psicológicas e/ou subjetivas às relações sociais humanas; (c) para os casos dos quais são necessários a imersão à



complexidade de elementos que se relacionam ao objeto de estudos (MARTINS; THEÓPHILO, 2009).

Martins e Theóphilo (2009) contribuem trazendo que a opção pela abordagem qualitativa é importante quando as pesquisas desta natureza se caracterizam por:

- a) Ser uma pesquisa de cunhagem naturalística, em que, para a sua realização, o pesquisador precisa se aprofundar às teorias ou ao campo empírico de modo direto, profundo e prolongado, sendo estes aspectos próprios das ciências humanas, sociais e sociais aplicadas;
- b) Os dados coletados são descritivos, e assim um pequeno detalhe sempre é de grande importância para a construção das respostas do problema, como por exemplo: descrição de acontecimentos e transformações, pessoas e comunidades, etc.;
- c) Se houver maior preocupação com o processo e não somente com os resultados, assim, o entendimento de um determinado fenômeno, seja numa tipologia exploratória, descritiva ou explicativa, depende de considerar a convergência que passa pela interação deste com diversos outros fenômenos que impactam de modo decisivo o objeto em estudo;
- d) Tem-se uma pesquisa de base indutiva: na maioria dos casos, as pesquisas qualitativas não se lançam a comprovar evidências preliminarmente postas, mas o fenômeno é analisado na medida em que as informações são coletadas e processadas, considerando seus contextos;
- e) Tem-se uma especial preocupação com o significado: numa pesquisa de abordagem qualitativa, busca-se compreender e considerar as perspectivas dos participantes envolvidos ao caso em estudo, isso aumenta o espectro de análise e a complexidade dos estudos desenvolvidos.

A partir de uma pesquisa do tipo descritiva, aportando-se à abordagem qualitativa, é importante destacar que os trabalhos se sustentam à perspectiva socio-histórica com apoio à base historiográfica, visando a melhor compreensão da utilização da oralidade como elemento central nos processos de comunicação para a produção e reprodução de conhecimento junto aos povos tradicionais, especialmente ao recorte quilombola.

A perspectiva socio-histórica traz o materialismo histórico e dialético como estrutura principal, especialmente por tomar as categorias de classes sociais e da dialética como estruturais à compreensão das relações sociais e do próprio fenômeno estudado. A perspectiva socio-histórica toma o sujeito inserido no fenômeno estudado como articulador de conflitos entre o seu interior, o seu meio externo e mesmo dentre os diversos mundos aos quais está

envolvido. Deste modo, os sujeitos são históricos, concretos, reais, vivem em um determinado tempo e estão inseridos dentro de uma determinada cultura (FREITAS, 2002).

Deslandes; Minayo (2007) destacam que a perspectiva socio-histórica é necessária para desvelar processos de produção do momento contemporâneo de modo estruturado e para considerar as transformações e, subjacentes a estas, os conflitos que se põem constituintes dos fenômenos sociais estudados.

Assumiu-se para este trabalho, como estratégia de ação complementar, a pesquisa historiográfica descritiva a partir da junção terminológica do tipo de pesquisa descritiva com o campo da historiografia, necessária para se estudar o fenômeno da comunicação dentro da temporalidade e contexto desta pesquisa.

Martins; Theóphilo (2009) destacam que a estratégia de pesquisa historiográfica é aquela que defende que a “[...] história diz respeito a toda atividade humana, propõe uma história total, baseada em uma realidade social ou culturalmente constituída” (MARTINS; THEÓPHILO, 2019, p. 82). Destaca que os investigadores os quais se utilizam desta estratégia:

[...] se orientam pela nova história, ao fazerem outros tipos de perguntas sobre o passado, e ao escolherem novos objetos de estudo, têm que recorrer a outras fontes e evidências de estudo para suplementar os documentos oficiais. Entre essas novas fontes podem-se citar: análises de séries temporais; evidências das imagens ou iconografias; releitura dos registros oficiais (documentos), procurando neles a “voz” das pessoas e a história oral, dentre outras (MARTINS; THEÓPHILO, 2009, p. 82).

Assim, para entender os fundamentos teóricos e as informações teóricas postas pela sociedade, a pesquisa bibliográfica se tornou primordial, pois, segundo Pizzani *et al.* (2012), entende-se a pesquisa bibliográfica como sendo uma revisão da literatura a partir de teorias centrais do assunto, que servem ao norteamento do trabalho científico. Este levantamento bibliográfico ou revisão bibliográfica foi realizada em livros, periódicos e artigos científicos que constituem o estado da arte teórico-científico sobre o tema e os assuntos tratados.

Paralelamente e de modo complementar à exploração bibliográfica constante durante todo o trabalho, optou-se pela técnica da pesquisa exploratória documental que, segundo Sá-Silva *et al.* (2009) é muito semelhante da pesquisa bibliográfica, sendo que o elemento de diferenciação é a natureza das fontes, assim enquanto na pesquisa bibliográfica tem-se as contribuições, por meio de livros e artigos científicos, de diversos e distintos autores sobre o tema, por sua vez a pesquisa documental recorre a materiais que ainda não receberam tratamento analítico, sendo tomados como fontes primárias, são mapas, documentos dispostos em websites, ilustrações, legislações etc. Estas duas técnicas foram utilizadas durante toda a

condução da pesquisa, pois se considera sempre a seara da comunicação como um plano em processo de dinâmica construção sobre contextos sociais.

A técnica da entrevista para coleta de informações específicas por meio de formulários de pautas semiestruturadas e estruturadas estava anteriormente prevista, contudo, diante da condição pandêmica do ano de 2020, fora suprimida por orientações da comunidade estudada, da universidade e das autoridades públicas de saúde coletiva. Assumiu-se como alternativa a realização de um levantamento de informações por meio da mediação tecnológica.

Neste sentido, Martins e Theóphilo (2009) destacam ser cada vez mais frequente a utilização de meios eletrônicos mediados pela internet como trilha instrumental-metodológica para a busca e coleta de informações e dados necessários para a pesquisa em curso. Especialmente no ano de 2020, dada a pandemia pela covid-19, este caminho passou a ser ainda mais importante para a efetivação de trabalhos científicos que dependem de informações de campo.

Os autores Martins e Theóphilo (2009, p. 95) denominam genericamente esta técnica de *e-research* ou *pesquisa tipo online social survey*. Algumas vantagens desta técnica são: menores custos, maior velocidade de aplicação e fácil abrangência aos diferentes públicos de interesse. A estas inclui-se a possibilidade de coletar informações sem oferecer riscos biológicos de contaminação entre o entrevistador e os informantes ou respondentes.

A ferramenta tecnológica utilizada nesta pesquisa foi o *Google Forms*, instrumentalidade que possibilitou a coleta de informações de modo remoto às pessoas com acesso à internet, contribuindo para a legitimidade da pesquisa. No formulário, optou-se pelo modo anônimo para assim melhor resguardar o informante, inclusive em atenção às normas do Conselho Nacional de Saúde (CNS) sobre ética em pesquisas com pessoas, especificamente no que tange ao Art.1º da Resolução CNS nº 510, de 7 de abril de 2016.

Para a validação e análise das informações e dados minerados, as técnicas se sustentaram pela triangulação e auto complementaridade entre si. Contudo, a triangulação de técnicas, informações e dados sendo insuficientes para a construção de respostas e para a consecução dos objetivos da pesquisa, foram realizadas a mineração descritiva das respostas a partir do conjunto de informações e de dados, bem como o aprofundamento da temática por meio da análise de conteúdo de Bardin – os procedimentos orientados por essa técnica permitem o agrupamento de dados e informações em categorias (BARDIN, 2011).

### **2.3 Recorte geográfico, humano e cultural dos estudos**

Para uma abordagem mais precisa, como também para o correto aprofundamento dos trabalhos desta pesquisa, optou-se pela escolha de uma única comunidade tradicional quilombola para os estudos e análises, que, conforme destacado no início deste capítulo, tiveram muitas mudanças de ordem metodológica. Tal opção foi feita de modo não aleatório e não-probabilístico, mas intencionalmente, dada a factibilidade do acesso e abertura preliminar para o detalhamento das informações pela Comunidade Tradicional Quilombola de Lajeado (Dianópolis/TO).

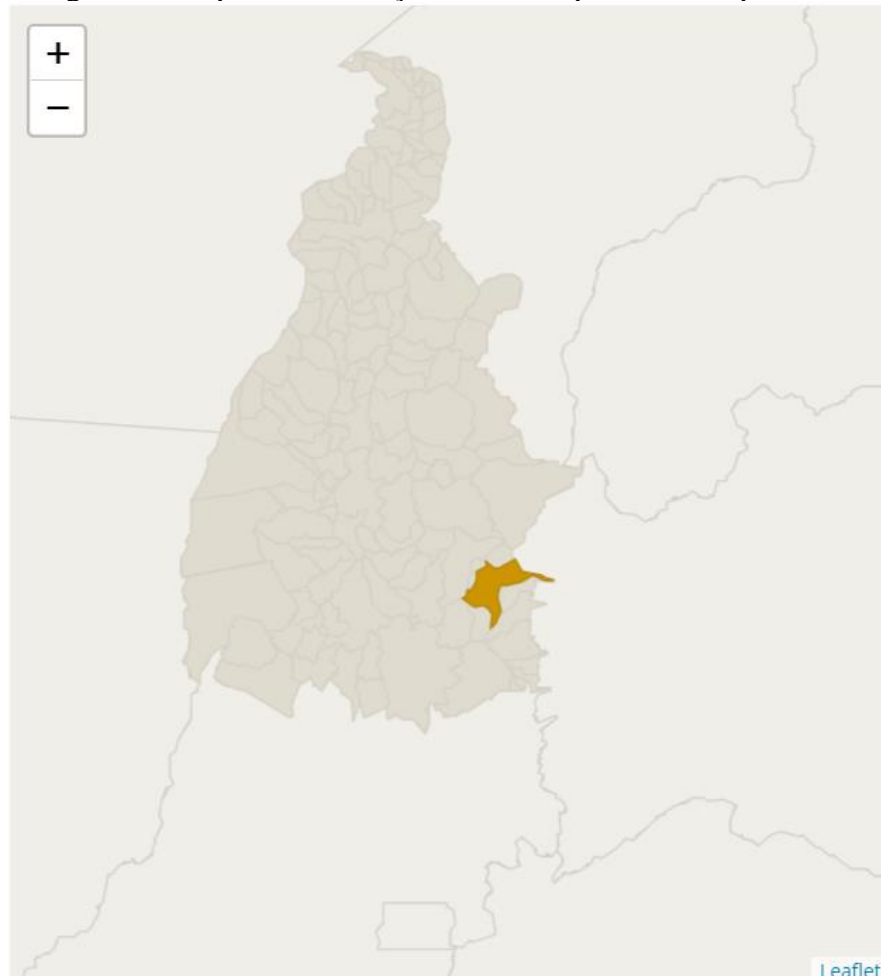
Considerando o necessário trilhar pelas origens de Dianópolis, fatos históricos expõem que o surgimento desse município ocorreu em 1750, a partir do povoamento chamado São Francisco Xavier do Duro, morada de etnias indígenas à época. Com o decorrer dos anos, passou a ser denominada Missão do Duro, pela forte linha religiosa disseminada por jesuítas (CIPRIANO, 2019).

As atividades extrativistas realizadas por desbravadores vindos do Vale de São Francisco, em 1840, impulsionaram o potencial dos processos de mineração, o que, em 1854, elevou o arraial à categoria de distrito e, em seguida, findando o século XIX, tornou-se a então emancipada Vila de São José do Duro (CIPRIANO, 2019).

É intencional o enredo histórico descrito até aqui, pois transparece a origem heterogênea do povo dianopolino, o que é convergente ao estudo proposto. Como não é o foco deste trabalho nos atermos às profundidades da origem socio-histórica, adentra-se pelos registros que estão atrelados à pós-qualificação da Vila em Município, ocorrido em 1938, quando recebeu o nome de Dianópolis, em homenagem a quatro mulheres de grande prestígio do lugar de nomes Custodianas, conhecidas como “dianas” (CIPRIANO, 2019).

Dianópolis é localizada no interior do Tocantins, no cerrado tocantinense, a 338,6 km da capital Palmas–TO. A cidade tem população de 19.112 pessoas, de acordo com o último censo demográfico, de 2010 (IBGE, 2020).

Figura 1 - Mapa da localização do município de Dianópolis, TO



Fonte: IBGE, 2020.

Segundo Cipriano (2019), as atividades de extração de minérios, neste caso do ouro, mesclados aos fatos históricos originais e às características coloniais/imperiais do Brasil, que permaneceram até o período democrático brasileiro, evidenciam que Dianópolis tem suas raízes históricas atreladas ao processo de mineração, com ápice em meados do século XX, mas que em séculos passados na localidade emergiram das formalidades escravocrata.

O passado histórico deste município, o ouro, extraído pelo braço de pessoas escravizadas, a violência estrutural, os saques de cangaceiros e as pestes ainda podem ser percebidos nas marcas das ruas e dos casarões (CIPRIANO, 2019). As colocações precisas dessa autora, dentre outras, revela a notável intersecção do surgimento desse aglomerado populacional com o povo afrodescendente.

Por essa narrativa histórica, deve-se destacar as condições físicas de Dianópolis-TO, a qual é localizada no sudeste tocantinense, onde atualmente há potencial turístico em decorrência das origens e de belezas naturais das serras gerais do Tocantins. Para Bernieri e Fôlha (2018), Dianópolis, mesmo antes da sua emancipação, é berço de muitas histórias e – para além das

várias características que a distingue das demais unidades administrativas, como o número de habitantes, o grau de desenvolvimento econômico, a rede urbana, os aspectos físicos, entre tantos outros – e de muita riqueza histórico-cultural, em especial no que tange aos modos de subsistência tradicional da Comunidade Quilombola Lajeado.

Segundo Bernieri e Fôlha (2018):

A Comunidade Quilombola Lajeado está localizada no município de Dianópolis, a 327 km de Palmas, Capital do Tocantins, no sudeste do Estado. Lajeado situa-se na divisa com o município de Porto Alegre do Tocantins, na margem esquerda do Rio Manoel Alves, encontra-se a uma distância de 57 km da cidade Dianópolis-TO. O acesso à comunidade é pela TO-040, estrada asfaltada em bom estado de conservação, que liga Natividade a Barreiras na Bahia, a distância da TO-040 à comunidade é de 35 km de estrada de chão (BERNIERI; FÔLHA, 2018, p. 174).

Durante as tratativas com a comunidade sobre a autorização para o estudo em questão (ata da reunião de janeiro/2020, anexo A), foram executadas viagens até a sede comunitária, nas quais foi visto que o acesso à comunidade se dá por um entroncamento existente na rodovia estadual TO – 040, entre Porto Alegre/TO e Dianópolis/TO, que liga a uma “vicinal de terra batida aventureira”, quase que intransitável durante as épocas chuvosas. É notável o uso frequente dessa “estrada de rodagem” por veículos oficiais escolares e meios de transportes de produtores e camponeses da região.

No traslado no sentido Palmas/TO a Dianópolis/TO, após passar por Porto Alegre/TO e 12 km antes de entrar na urbe de Dianópolis, ao sair da rodovia estadual pela direita, adentra-se no segmento viário sem asfaltamento, o qual percorre-se 35 km com vegetação nativa do cerrado Tocantinense. O que mais se admira é a existência de veredas e pastos naturais.

A acolhida com receptividade e transmissão de conhecimento e a hospitalidade são fatores perceptíveis e intrínsecos aos sujeitos da comunidade. A figura 2 é o registro do momento de reunião da comunidade em que uma das pautas trataram, dentre outras, da aceitação desse estudo, momento fundamental para execução da pesquisa dada a circunstância permissiva ser de grande relevância para extrair os dados necessário durante os trabalhos empíricos.

Figura 2 – Fotos da acolhida em reunião da comunidade



Fonte: Pires, 2020.

Na figura 3 apresenta-se fotos da rotina tradicional e as relações intrafamiliares, onde pode-se observar o movimento comunitário para a transmissão dos saberes das gerações mais velhas para as mais novas.

Figura 3 – Fotos do momento de aprendizagem mútua com utilização do utensílio pilão



Fonte: Pires, 2020.



Abordagens científicas dos estudos sobre as comunidades tradicionais, que faz analogia sobre o sentido natural de felicidade nas culturas tradicionais, é legitimado nos momentos de transmissão de conhecimento pelas vivências, por exemplo, na observação participante experimentada com a utilização do utensílio pilão (Figura 3), em que se nota a naturalidade em relações intrafamiliares ao apreciarem os saberes contados de geração em geração.

A estadia *in locu* oportunizou ouvir histórias de mais de 50 anos atrás, período em que as roças eram cercadas com madeiras retiradas a machado, que é um utensílio utilizado como implemento agrícola. Casas construídas de adobe e taipa<sup>3</sup> e ambientes com manguezais antigos ainda existem na comunidade, visto que por estes e por outros elementos simbólicos se descobre as marcas das vivências da comunidade impressas há mais de 150 anos nesse território (RTDI DA COMUNIDADE QUILOMBOLA LAJEADO, 2016).

Figura 4 – Foto do local da Morada de Anciões, Matriarca e Patriarca da Comunidade



Fonte: Pires, 2020.

---

<sup>3</sup> Paredes construídas com barro amassado para preencher os espaços criados por uma espécie de gradeamento de madeira de bambu. Na maioria das moradas que se utiliza dessas peças de construção, binariamente são compostas com o adobe – tijolos grandes produzidos rústicamente com argila e secos geralmente ao sol.



Também é parte das vivências tradicionais em meio rural da Comunidade Quilombola Lajeado o trabalho de campo e braçal colaborativo, peculiar e genuíno ao cotidiano da comunidade, como ilustrado na foto da figura 5. Tal atividade foi pactuada em reunião e os membros cooperavam com a manutenção do espaço de reuniões da associação.

Figura 5 – Foto da carpa/limpeza da área externa da sede da associação



Fonte: Pires, 2020.

Dado o momento dinâmico pela aproximação com a Comunidade Tradicional Quilombola de Lajeado destacados nos trechos anteriores, segue-se com as narrativas fundamentadas sobre a totalidade da existência histórica da comunidade.

Bernieri e Fôlha (2018) destacam pelo Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID) da Comunidade Lajeado que existem negros nessa localidade desde o século XVIII. Pressupõe-se que as origens da comunidade se deram pelo surgimento de Quilombos em decorrência da crise da mineração de ouro do norte de Goiás, ocorrida em 1800.

O nome Lajeado é oriundo da denominação de um dos córregos que passa dentro da comunidade, como destacam Bernieri e Fôlha (2018). No entanto, constam no RTID (2016) variáveis das características físicas do ambiente natural para com a designação desse nome e que também são elementos que congregam e relacionam a diversidade comunitária, que parte

do conceito de territorialidade que sobrevive de geração para geração.

Ainda sobre o relatório, pelas descrições da territorialidade, aponta-se a localização geográfica como uma das vertentes que reconhecem a ancestralidade relacionada aos remanescentes afrodescendentes, porém, não soberanas, considerando que existem quilombos urbanos. A característica rural da Comunidade Quilombola Lajeado, notando as proximidades ao mundo natural, é fator preponderante, haja vista a constatação da ocupação a mais de 150 anos do território de Lajeado, a qual está relacionada ao passado do sistema de escravidão negra na produção aurífera da região da Serra Geral (RTDI DA COMUNIDADE QUILOMBOLA LAJEADO, 2016).

À comunidade estão associadas 35 famílias de remanescentes, localizadas à margem esquerda do Rio Manoel Alves, o qual sofre com o longo período de estiagem, principalmente entre os meses de julho a outubro, em que córregos, barragens e demais minas d'água desaparecem. Dez famílias vivem e subsistem da agricultura familiar, extrativismo e criação de animais e aves, totalizando 54 pessoas (RTDI DA COMUNIDADE QUILOMBOLA LAJEADO, 2016, p. 39). Neste sentido, Bernieri e Fôlha (2018, p. 174) reiteram, quanto às questões naturais e de subsistência em detrimento das dificuldades no período sem chuvas informando que: “O território ocupado pela Comunidade de Lajeado é banhado pelo rio Manoel Alves e alguns córregos e barragens, as quais secam grande parte do ano, essa região sofre com o período de estiagem”.

Observa-se que os registros anteriores trazem narrativas sobre a Comunidade Lajeado com ênfase nas condições que retratam a realidade socioterritorial, canalizando a vida rural transversalmente às dificuldades vividas com relação às condições ambientais de longo período sem chuvas. Esse aspecto natural é agravado com o alto impacto da ação antrópica na região que, anteriormente sofria pela extração de minérios, e atualmente sofre com o agronegócio (SILVA; BERNIERI, 2019).

As famílias remanescentes de quilombolas que vivem nesse território, resistem pelos modos tradicionais e sustentáveis de sobrevivência, devido ao que lhes são expostos pelas pressões societárias ao longo de sua existência desde meados do Século XIX. Para tanto inovam constantemente buscando principalmente alternativas com a descoberta de formas de uso da pouca terra que lhes restam (BERNIERI; FÔLHA, 2018, p. 175-176).

Bernieri; Fôlha e Alves (2019) em seus estudos sobre a cultura ancestral da Comunidade Lajeado mencionam a resistência afirmando que:

As famílias começaram a buscar saídas ao sítio vivenciado especialmente nas últimas décadas. Mas, a própria história das comunidades quilombolas já é uma história de resistência e luta contra a condição de sujeição ao senhor e as suas formas cotidianas de resistências, na defesa de seu modo de vida através das suas manifestações culturais e religiosas (BERNIERI; FÔLHA; ALVES, 2019, p. 40).

Neste sentido, Bernieri; Fôlha (2018) citam que:

O Relatório Antropológico da Comunidade Quilombola Lajeado - RTDI (2016) contém as histórias verbalizadas pelas matriarcas da Comunidade. Pelos registros dos relatos dessas anfitriãs, transparece que enquanto os moradores de Lajeado não possuem documentos de regularização das suas terras e considerando as constantes condições de ameaças frequentes que seus antepassados sofreram, em decorrência da forte incidência de fazendeiros e grileiros, que ainda hoje têm gerado conflitos e perdas para a Comunidade Lajeado, propositivamente como maneira de resistência membros da comunidade passaram a fazer registros sociais vivenciados, como por exemplo as histórias oralizadas em que Leandro Bispo e Paulinha Furtado adquiriram a propriedade, onde a presença de mangueiras centenárias são provas das primeiras moradas das famílias descendentes de Leandro Bispo e Paulinha Furtado na localidade (BERNIERI; FÔLHA, 2018, p. 177).

Nesse enredo, as Matriarcas apresentam relatos orais e por mecanismo de gestão social comunitária há a consolidação da autoafirmação enquanto Comunidade Tradicional Quilombola Lajeado em consonância com o movimento cultural ininterrupto sobre o relevante papel das gerações mais antigas junto ao sentimento de pertencimento comunitário.

Por esse viés de organização, em que as gerações se reúnem, é fortalecido o sujeito de direito coletivo comunitário, que possibilita distinguir holisticamente as características da comunidade diante das demais pessoas que residem naquela região administrativa. Por tudo que foi exposto até então nesta sessão, ainda é importante destacar que os quilombolas residentes na Comunidade Tradicional de Lajeado são conhecidos como *Pretos do Lajeado*, nome adquirido devido ao fato de serem pessoas com uma identidade diferente dos demais cidadãos negros daquela região (BERNIERI; FOLHA; ALVES, 2019).

### 3 COMUNICAÇÃO E INTERDISCIPLINARIDADE

O quadro a seguir demonstra ecleticamente o transversalizar, com as devidas intersecções, sobre comunicação, oralidade e mídias digitais, o que posteriormente permite versar de maneira interdisciplinar.

Figura 6 - Síntese das principais literaturas de comunicação utilizadas na pesquisa

<b>A oralidade e a comunicação</b>	<b>1-O ser humano é um ser social por que se comunica</b> Comunicação se pauta e se estabelece como centralidade (MORAES, 2013).
	<b>2- Definição geral de comunicação pela perspectiva de Bordenave (1982).</b> Agente emissor (codifica a mensagem) e agente receptor (decodifica a mensagem) tornando a comunicação plena.
	<b>3 – A oralidade é um dos meios mais primitivos da comunicação humana</b> Para Franz Boas (2004) a oralidade é inerente a cultura.
	<b>4- A globalização e a rede mundial de computadores - internet</b> A comunicação como instrumento com estes processos planetários (CASTELLS, 2003).

Fonte: elaborado pelo autor, 2020.

Assim sendo descobre-se o versar teórico pela comunicação, oralidade e mídias digitais como ponto de partida do diferencial interdisciplinar deste estudo.

#### 3.1 Comunicação, oralidade e mídias digitais

O ser humano é um ser social porque se comunica, ou seja, consegue colocar em um plano comum suas ideias, sensações e posições nas relações sociais há muito tecidas. A comunicação se pauta e se estabelece como centralidade neste processo de sociabilidade, sendo possível desde os idos pré-históricos mais primitivos, em que o simples olhar e ver a menção ou a ação do outro já se constituía em uma ação comunicativa (MORAES, 2013).

Ora, a comunicação é definida como um processo no qual um determinado agente (emissor) codifica sua mensagem (algo que quer comunicar) a um determinado meio ou instrumento de conexão. Na outra interface, o segundo agente (receptor) recebe, decodifica e compreende a informação, tornando a comunicação plena (BORDENAVE, 1982).

A oralidade é um dos meios mais primitivos da comunicação humana, obviamente precedido por diversas outras tentativas de expressão e interação. Alguns pesquisadores

estudam a relação entre estes modos ou estruturas de comunicação primitiva nas diversas eras da humanidade.

A literatura relacionada a esta temática específica da área da comunicação concebe (em convergências com a linguística e com a antropologia) que a oralidade é produzida, adaptada e constantemente alterada pelos impactos e reflexos das interações sociais humanas, o que equivale a dizer que a oralidade é parte inerente da cultura. Em Franz Boas (2004) tem-se, a partir do particularismo histórico, que as culturas são diferentes e, por extensão, a oralidade é toda relacionada à cultura e ao *modus vivendi* de cada matriz, de cada grupo humano, de cada comunidade.

Alguns estudos importantes da área da linguística, em convergência com a antropologia, indicam a relação entre o letramento e a oralidade nas comunidades. Assim, a existência de contextos marcados pela oralidade, aquela que é característica de uma "cultura 'letrada' " e se "recompõe com base na escritura num meio onde este tende a esgotar os valores da voz no uso e no imaginário" (GALVÃO; BATISTA, 2006).

A literatura específica informa, ainda, que existiriam dois tipos de oralidade, uma exclusiva de grupos humanos e povos sem letramento (este tomado como código de sinais para a comunicação) e outra contemporânea ao pós-fenômeno da internet, em que uma nova oralidade foi sendo produzida para o contato telefônico, de mensagens rápidas e mesmo de redes sociais (ONG, 1998).

Zumthor (1993) é mais detalhista ao definir três tipos de oralidade, as quais se organizariam como etapas dentro do processo de comunicação dos seres humanos. Nesse, uma primeira tipologia seria a primária, originada entre aqueles sem contato algum com a grafia de sinais própria da escrita, mais comum dentre povos isolados.

Por fim, Zumthor (1993) apresenta que existiria um tipo intermediário de oralidade no qual a cultura e as práticas de comunicação, a partir da grafia de símbolos e do próprio letramento, influenciariam a oralidade sem, contudo, alterá-la completamente (GALVÃO; BATISTA, 2006).

Neste sentido, aproximando-se do plano contextual desta pesquisa, é importante destacar que vários fenômenos sociais marcaram efetivamente o século XX, mas dois em especial costumam ser destacados em boa parte dos trabalhos acadêmicos que versam sobre as transformações da sociedade: a globalização e a rede mundial de computadores – internet.

A comunicação é uma das áreas que mais serviram de instrumento, como também mais se alteraram, com os processos planetários fortemente ancorados na evolução das tecnologias (CASTELLS, 2003).

A comunicação, conforme dito anteriormente, alimenta as relações sociais, seja por meio dos gestos, dos desenhos rupestres, dos textos escritos seja por meio das frases ditas naturalmente pela oralidade. Contudo, as novas tecnologias da informação e da comunicação, de modo estrutural, e a rede mundial de computadores (internet), como fenômeno social, fortalecida pela portabilidade da tecnologia, alterou e vem alterando profundamente a comunicação, o *modus vivendi* e a sociedade humana.

A interação humana, desde seus primórdios, fez surgirem relações sociais, naturalmente com alguns laços mais fortes e outros mais fracos. Do fortalecimento das relações e das interações sociais deste tecido, criam-se as redes sociais, nas quais as partes buscam contribuir para o êxito de algum projeto, de algum processo social ou mesmo para a produção de conhecimento (NUNES; MORAES; SOUZA, 2020). Os mesmos autores afirmam que:

Desde os primórdios das relações sociais humanas, a terminologia redes sociais pode ser aplicada para a caracterização das ligações (pontes) e das conexões (nós) entre os pontos (pessoas), assim, dentro de uma perspectiva sociológica não é em nada correto afirmar que as redes sociais são fenômenos recentes ou que teriam se originado após os fenômenos da globalização ou da internet. Contudo, é bem verdade que a globalização e a internet alteraram substancialmente as redes sociais, estabelecendo novos sentidos e aplicações, sendo que em alguns casos tem-se a potencialização e em outros o declínio de suas finalidades originais (NUNES; MORAES; SOUZA, 2020, p. 30).

A internet, que conecta por meio de diversas bases tecnológicas os pontos de emissão e recepção, passa a introduzir no processo de comunicação o diálogo entre as partes, possibilitando a interação simultânea de informações, pontos de vista e aspectos culturais, assim, potencializando as relações sociais.

Neste sentido, Wellman e Berkowitz (1991) estruturam uma teoria sobre como se dão as interações nas redes sociais, interações que podem ser potencializada pela internet, por meio das redes sociais on-line.

As estruturas sociais podem ser representadas como redes - como conjuntos de nós (ou membros do sistema social) e conjuntos de laços que representam suas interconexões. Esta é uma ideia maravilhosamente libertadora. Dirige o olhar dos analistas para as relações sociais e liberta-os de pensarem os sistemas sociais como coleções de indivíduos, díades, grupos restritos ou simples categorias. Usualmente, os estruturalistas têm associado <<nós>> com indivíduos, mas eles podem igualmente representar grupos, corporações, agregados domésticos, ou outras colectividades. Os <<laços>> são usados para representar fluxos de recursos, relações simétricas de amizade, transferências ou relações estruturais entre <<nós>>. (WELLMAN; BERKOWITZ, 1991, p.4).

Assim, a comunicação entre pessoas distantes ou próximas passou a ser simultânea, como é o diálogo, no qual a oralidade possibilita (e outrora possibilitava mais fortemente) a interação entre as pessoas, influenciando seus pontos de vista e alterando os limites de conhecimento, ou pelo menos de acesso à informação.

Lemos (2007) indica que a telefonia digital e a portabilidade desta teria fortalecido o processo de produção pós-massiva – identificando-se aqui a teoria da indústria cultural e a cultura de massa, com teorias amplamente debatidas e estruturadas na Escola de Frankfurt. Neste contexto de comunicação mediada, libera-se o polo emissor para que a produção de conteúdo seja de todos os integrantes do processo:

As mídias de função pós-massiva, por sua vez, funcionam a partir de redes telemáticas em que qualquer um pode produzir informação, «liberando» o polo da emissão, sem necessariamente haver empresas e conglomerados econômicos por trás. As funções pós-massivas não competem entre si por verbas publicitárias e não estão centradas sobre um território específico, mas virtualmente sobre o planeta. O produto é personalizável e, na maioria das vezes, insiste em fluxos comunicacionais bi-direcionais (todos-todos), diferente do fluxo unidirecional (um-todos) das mídias de função massiva (LEMOS, 2007, p. 125).

Neste sentido, dentro do âmbito das Novas Tecnologias da Informação e da Comunicação (TICs) e do fenômeno da internet surgem as plataformas tecnológicas que, sediadas dentro de grupos empresariais, operacionalizam as redes sociais on-line, dentre as quais o Facebook, o Instagram, o WhatsApp, o Twitter, entre outras.

As alterações das interações sociais diretas, por meio das redes sociais on-line, são muito profundas, modificando plenamente o modo de vida das pessoas, especialmente nos grandes centros, conforme destaca Nunes; Moraes e Souza (2020):

Tais relações sociais ou interações diretas seriam notadamente demarcadas em um novo plano com a criação e popularização dos *smartphones*, que trouxeram em si, para além das multifuncionalidades básicas (câmera fotográfica, calculadora, editor de textos e até a telefonia), a portabilidade do acesso à internet e os novos aplicativos próprios às linguagens da telefonia digital. Já na primeira década do século XXI, muito além de dialogar com as pessoas distantes, o *smartphone* já possibilitava reuniões em grupo e com imagens das pessoas que integravam o ambiente dialógico virtual (NUNES; MORAES; SOUZA, 2020, p. 53).

Alterando, de modo concreto os padrões da sociabilidade humana, uma das primeiras mídias digitais ou redes sociais on-line foi o Orkut, criado em janeiro de 2004 pelo engenheiro turco Orkut Buyukkokten, que se doutorou em Ciência da Computação pela Universidade de Stanford. A rede, já no primeiro semestre de funcionamento contava com cerca de dois milhões



de usuários, chegando a 40 milhões em três anos (NUNES; MORAES; SOUZA, 2020).

Em 2004, Mark Zuckerberg e alguns colegas estudantes universitários de Harvard criaram o Facebook, até hoje a mais importante e milionária rede social on-line (ou mídia digital), que rapidamente passou a marca de usuários do Orkut. O Facebook inovou trazendo muitas funcionalidades como a produção de textos, a comunicação privativa e o trabalho de imagens para a publicação. Contemporaneamente, dentro do Facebook, o Facebook Messenger serve como mensageiro eletrônico e instrumentalizador de diálogos mais privativos e diretos (NUNES; MORAES; SOUZA, 2020).

Por fim, é importante destacar, para o âmbito do recorte desta pesquisa o WhatsApp, um aplicativo para telefones celulares e para computadores que, como mensageiro eletrônico, dinamizou mais uma vez toda a comunicação e a interação humana. Criado em 2009, por Brian Acton e Jan Koum, o aplicativo WhatsApp traz a possibilidade da troca instantânea de mensagens de texto, imagens e documentos anexados, além da ligação com ou sem imagens (NUNES; MORAES; SOUZA, 2020).

### **3.2 A história das comunidades e o debate sobre direitos humanos**

As transformações políticas, científicas, tecnológicas e sociais propostas e impostas a e pela humanidade, ao longo do século XX, trouxeram grandes desafios aos povos originários e às comunidades tradicionais, especialmente ao considerar a historicidade mediante o processo de organização das mesmas, atrelada ao pertencimento e à territorialidade – como criticamente esses grupos sociais têm se mantido e evoluído de maneira sustentável.

Por exemplo, a garantia do direito à autoidentificação das comunidades tradicionais é algo que o governo federal reconhece desde 2003 para os descendentes dos quilombos, dentre outras comunidades tradicionais, para que possam prosseguir na trajetória de luta constante por seus direitos (MORAES, 2017).

Coadunando com o debate sobre o atendimento das necessidades humanas, as pessoas e seus grupamentos que compõem a sociedade humana aproximam-se de uma situação insustentável da relação ser humano e meio ambiente, inclusive muitos fósseis não renováveis. Segundo Batalha (2012), o desenvolvimento sustentável é o ideal de se atender as necessidades do presente sem comprometer as futuras gerações.

É fator diferencial o modo de sobrevivência sustentável da comunidade em que a maneira de viver em família é simples, humilde e mantém relação própria com o meio ambiente, o que se denomina *modus-vivendi*.



Neste *modus vivendi* estão alocadas as atividades produtivas da agricultura familiar e voltadas à subsistência; produz-se principalmente arroz, feijão, mandioca, faz-se a criação de animais também para subsistência. Neste modo da vida, permeiam-se as relações sociais de base familiar e, num círculo mais amplo, tem-se a sociabilidade comunitária.

Nas relações sociais de base comunitária, o trabalho, a família e a religiosidade, por vezes, se misturam nos mesmos recortes da vida e nestes nos processos de produção e de reprodução do conhecimento. Brancaleone (2008) ao apresentar as teorias de Ferdinand Tönnies destaca como a afetividade, de ordem natural, faz parte da sociabilidade comunitária.

Com a crescente demanda da sociedade humana, passou-se a desenvolver diversas práticas agrícolas e de extração dos recursos naturais. Com a promoção de grande avanço na tecnologia no setor agrícola, transformações sociais, culturais e ambientais foram causadas. Estas alterações se tornaram abundantes nas diversas regiões e biomas, inclusive aumentando os impactos do ser humano sobre o meio ambiente. Neste sentido, houve crescente degradação do solo, o uso excessivo de fertilizantes químicos e mesmo de uma grande quantidade de agrotóxicos e máquinas trouxeram maior produtividade e renda mas, por outro lado teve-se um maior empobrecimento dos solos, piora nos índices de poluição e contaminação de alimentos dentre outros impactos negativos (PEREIRA *et al.*, 2016).

Diante disso, entende-se que as comunidades tradicionais têm papel bem mais central do que aquele historicamente atribuído pela burguesia e/ou aqueles que as subalternizavam, marginalizando estes grupos humanos dos processos sociais e políticos. As comunidades tradicionais vêm assumindo relevância para a busca de sustentabilidade microterritorial e têm uma postura mais comprometida com o meio, socialmente mais responsável.

Nos primórdios dos estudos históricos, o ser humano encontra suas raízes de identidade nas atividades realizadas por seus antepassados, que por sua caracterização e ancestralidade mantém íntima relação entre seus saberes e identidades. Para além disso, há ainda que se considerar também a forma como as populações originárias e tradicionais buscam a liberdade de expressão e de serem diferenciados culturalmente e que por vezes viveram perseguições sociais e mesmo militares.

Os povos indígenas e as comunidades quilombolas são especificamente reconhecidos na Constituição Federal do Brasil de 1988, nos artigos 215 e 216, que tratam dos direitos culturais, materiais e simbólicos das comunidades indígenas e afrobrasileiras. Tais artigos os colocam em um patamar de reconhecimento anterior que hoje tratamos como comunidades tradicionais, mas eles também estão incluídos dentro da grande categoria de povos e comunidades tradicionais (BRASIL, 1988).

Os indígenas foram os primeiros habitantes do território brasileiro e podem melhor exemplificar e caracterizar a conquista dos direitos em meio a correlações de poderes existentes no país, uma vez que são emblemáticos e violentos os capítulos de sua história em todos o longo período da colonização. Assim, Mota (2008) dialoga sobre o processo de formação das atuais aldeias e comunidades indígenas, destacando que é preciso refletir mais sobre alguns temas da vida das comunidades indígenas em todo o Brasil, principalmente sobre aquelas que ressurgiram e se autodeclararam indígenas nos processos de conquistas e lutas sociais.

Mota (2008, p. 22), reforça que de maneira holística é preciso compreender a “[...] forma como o ‘resgate cultural indígena’ está levando o indígena para fora de sua aldeia, em sentido contrário do movimento anterior de estar dentro da aldeia.” Lembra que os processos de definição da identidade indígena têm sido diferentes do que acontecia antigamente, quando "ser índio" era visto como algo negativo. Para a atual inclusão dos indígenas na sociedade brasileira, a autora aponta que:

[...] tem se dado através da busca de um ser mítico tradicional, com atributos bastante positivos, relacionados ao imaginário social sobre seres quase sobre-humanos, que sabiam como preservar o meio-ambiente natural, eram sábios e poderosos em suas crenças xamânicas (MOTA, 2008, p. 23).

Correspondendo ao desenvolvimento de luta existencial desde o período colonial, o movimento quilombola se colocou como importante movimento junto ao reconhecimento de povos originários e comunidades tradicionais. As comunidades quilombolas são grupos sociais cuja identidade étnica e territorial os distinguem do restante da sociedade. São grupos com peculiaridades que desenvolveram uma estratégia de resistência para a manutenção e reprodução do modo de vida comum entre seus membros em um determinado lugar (ALMEIDA, 2002).

Segundo a autora citada acima, as comunidades quilombolas se caracterizam dentre outras pela relação de uso da terra e dos meios naturais, geralmente em terras comunais dentre diversos grupos familiares que compõem as comunidades. Os antecedentes históricos das comunidades remanescentes de quilombos apresentam o racismo sempre aliado ao modelo econômico na história brasileira, por meio dessa aliança teve sustentação o sistema escravagista vigente no país por mais de três séculos (ALMEIDA, 2002).

A formação nacional em seu processo inaugural estabeleceu o genocídio e o etnocídio de indígenas e a escravização de negros e negras como algo natural e necessário à construção da nação (ALMEIDA, 2002). Nesse sentido, a abordagem em torno do enfrentamento das

desigualdades raciais no Brasil tem apresentado lacunas, especialmente por não contemplar a dimensão das lutas populares desencadeadas pelos primeiros movimentos de revolta contra a opressão no início do século XVI (ALMEIDA, 2002).

As mudanças do contexto histórico, observadas a partir da abolição do trabalho escravo para a implantação do trabalho livre, representaram um golpe nas aspirações dos negros escravizados. Isto mudou a geografia política do processo de mobilização quilombola. Não se tratava mais de utilizar as velhas táticas de enfrentamento aos senhores de engenho e das fugas estratégicas para formação dos quilombos, mas de redimensionar o foco e os objetivos das lutas. (ALMEIDA, 2002).

No contexto político internacional, pode-se percorrer o marco legal iniciando-se pelo reconhecimento dos direitos humanos, dado por demarcadores legais e documentais, como a própria Declaração Universal de Direitos Humanos, o Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos e o Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, e ainda a adoção de outros tratados de direitos humanos, como a Convenção pela Eliminação de todas as formas de Discriminação Racial, a Convenção pela Eliminação de todas as formas de Discriminação contra a Mulher, a Convenção sobre os Direitos das Crianças, a Convenção Contra a Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanas ou Degradantes, os quais visaram à proteção dos direitos de pessoas pertencentes a grupos étnico- raciais que estavam sujeitas a discriminações (SEPPPIR, 2005).

Importante destacar que a Assembleia Geral da ONU aprovou, em 20 de novembro de 1963, a Declaração das Nações Unidas para a Eliminação de todas as Formas de Discriminação Racial. Seu princípio fundamental está ratificado no artigo 1º:

Discriminação entre seres humanos com base em raça, cor ou origem étnica é uma ofensa à dignidade humana e deve ser condenada como uma negação dos princípios das Nações Unidas, como uma violação dos direitos humanos e das liberdades fundamentais, proclamadas na Declaração Universal dos Direitos Humanos, como um obstáculo às relações amigáveis e pacíficas entre nações e como fato capaz de perturbar a paz e a segurança entre nações (ONU, 1963, p. 2).

No entanto, somente em 2003 o Brasil reconheceu a jurisdição do Comitê pela Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial, o qual oriente e d´supervisão para a implementação das suas regras nos diversos países concordantes ou signatários. A partir de então, a ONU vem propondo aos seus estados, que são signatários, ações planejadas e maiores esforços para a acabar com a discriminação racial em todas as suas formas e possibilidades. Desta forma, a adoção de estratégias para o cumprimento dos comandos legais no país utilizou-

se das ações afirmativas ou um conjunto de políticas públicas e de cooperação complementar da iniciativa privada com a finalidade coibir a discriminação e o racismo (ALMEIDA *et al.*, 2002).

Ao reconhecer que as desigualdades de acesso vêm impedindo o pleno desenvolvimento das nações e perpetuando o desrespeito aos direitos humanos, a conferência afirmou como responsabilidade primordial do Estado o combate ao racismo e delineou um plano de ação para dar concretude aos objetivos a que se propôs, apontando iniciativas práticas a serem empreendidas em âmbito nacional e internacional (SEPPIR, 2005).

É fundamental ressaltar que as deliberações e diretrizes gerais decorrentes da III Conferência Mundial, ocorrida na África do Sul em Durban, potencializaram a interpretação da legislação existente no ordenamento jurídico brasileiro, a qual – consubstanciada pelo artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, pelos artigos nº 215 e nº 216 da Constituição Federal de 1988, pela Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho e pelo Decreto nº 4.887 – compõe também o escopo normativo para a implantação e implementação das políticas sociais voltadas para as comunidades tradicionais, principalmente as que durante toda a história foram subalternizadas em decorrência da desigualdade racial, caso dos quilombolas e dos indígenas.

O contexto da Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial pode ser narrado a partir das lutas de reconhecimento dos territórios quilombolas e indígenas. Tais lutas levaram a criação da Secretaria Especial de Políticas para Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) em 2003, concedendo-lhe status de ministério, cujo objetivo era a consolidação de uma ação do Estado brasileiro para a efetiva promoção da igualdade racial.

Em específico para os quilombolas, no dia 20 de novembro do mesmo ano, Dia da Consciência Negra, foi assinado o Decreto 4.887, revogando o anterior, Decreto 3.912/01, do então presidente Fernando Henrique Cardoso, o qual exigia, por exemplo, a comprovação documental de que a comunidade ocupava o território desde 1888 até 1988 (BRASIL, 2003).

O Decreto 4.887 apresentou nova regulamentação, incorporando conceitos atualizados; devolveu ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), por meio do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), a competência para identificar, reconhecer, delimitar, demarcar e titular as terras de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT/Constituição Federal de 1988). O Decreto também garante o direito de autoatribuição<sup>4</sup> e, ainda, institui um comitê gestor responsável pela elaboração de

---

<sup>4</sup> Tem caráter democrático de autorreconhecimento que se constitui em um recurso legalizado para tornar possível a efetivação do direito fundamental das comunidades tradicionais. Disponível em:

um plano de etnodesenvolvimento para as comunidades tradicionais (BRASIL, 2003)

A realização da I Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial, em 30 de junho a 02 de julho de 2005, envolvendo o governo federal, governos estaduais e municipais, poderes legislativo e judiciário, instituições públicas e privadas, representou a consolidação de um novo modelo de gestão voltado às comunidades tradicionais.

Ao ratificar tais questões como fundamentais para uma mudança do paradigma governamental em direção à focalização da política de promoção da igualdade racial, a referida conferência se constituiu como espaço de interlocução privilegiado da sociedade civil para a elaboração e pactuação do Plano Nacional de Promoção da Igualdade Racial, que, enquanto instrumento, aponta um conjunto de diretrizes e objetivos gerais que vieram a se configurar, para além de uma política de governo, em uma política de Estado. O Plano Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial baliza as ações gerais da política de Estado, a partir da pactuação entre governo federal e governos estaduais e municipais (SEPPIR, 2005).

Mas ainda é preciso evoluir, haja visto que não se pode manter um planejamento engessado quanto à regularização dos territórios de comunidades tradicionais, mesmo com todos os avanços e assessorias técnica, vista-se que ainda não atende a complexa realidade considerando o arcabouço culturais existentes como variantes que caracterizam a identidade de um povo e o seu ambiente.

É de conhecimento de todos os brasileiros, no Brasil há um grande número de comunidades que hoje são reconhecidas legalmente pelo decreto 6.040, de 07 de fevereiro de 2007 que Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, faz se destaque que as comunidade enquadradas nos fulcros deste decreto, têm características específicas para seu fortalecimento e sustentação, adotando maneiras próprias de organizações e trabalho para a produção de suprimentos de todos os integrantes, e a partir dessa legislação precisam ser reconhecidas e caracterizadas pelas identificações de comunidades tradicionais.

Até 2018, no Conselho Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais, instância de participação oficial, então ligada ao antigo Ministério de Desenvolvimento Social e Agrário, eram reconhecidos 26 tipos de comunidades, e é certo que outros passarão a reivindicar esse título nos próximos anos. Por isso, nesse cenário heterogêneo, o plano de etnodesenvolvimento para as comunidades tradicionais ainda têm grandes desafios, pois é preciso ir além dos documentos e bibliografias que narram e conceituam epistemologicamente as comunidades

tradicionais e considerar os saberes dos membros destas comunidades, como estão organizados, dentre outros aspectos peculiares dos meios próprios e naturais de sobrevivência, a fim de buscar a garantia de direitos de tais elementos.

### **3.4 As relações entre a sociedade e a cultura das comunidades tradicionais**

As formas culturais, instituições e práticas culturais, assim como suas relações com a sociedade e com as mudanças sociais levantam discussões quanto à violência cultural. Nesse sentido, Campos *et al.* (2017) apontam para a binariedade existente entre a violência cultural e a cultura da paz, considerando a “pressão” societária dos grupos minoritários impelida aos sujeitos coletivos que, ao longo da história, foram subalternizados e tiveram ofuscada a cultura tradicional. Os autores afirmam que:

Uma vez que a sociedade contemporânea não valoriza e não respeita a cultura do “outro”, subalternizando-a e que este fenômeno é recorrente a praticante as comunidades tradicionais brasileiras, a violência cultural é incitada, promovendo a perda cultural dos princípios provindos das comunidades tradicionais que se formaram a partir da afetividade entre os indivíduos. Tal processo violento, embora muitas vezes subjetivo, esgarça o tecido social há muitas gerações, por séculos, estruturado por povos e comunidades indígenas, quilombolas, ribeirinhas, extrativistas, de geraizeiros e tantas outras que deveriam ter sua cultura e tradição efetivamente sob proteção constitucional (CAMPOS *et al.*, 2017, p. 268).

As formas culturais, instituições e práticas culturais, assim como suas relações com a sociedade e com as mudanças sociais, hipoteticamente, são cobertas pelo manto pacificador da sociedade dominante que, hipocritamente, sobrepõe-se aos grupos subalternizados, os quais, para manter a sociabilidade com a sociedade, mudam sua maneira de viver.

Adentrando pela aresta da valorização cultural, na contribuição dos distintos grupos étnicos para a sustentabilidade socioambiental no país e no mundo, percebe-se a alteração quanto a visibilidade desses grupos. Esta aumentou muito nos últimos anos, tanto no Brasil como em âmbito internacional, diante da crise ambiental global. As abordagens acerca da sustentabilidade trazem à baila debates sobre a sociabilidade e o modo de vida dos povos e comunidades tradicionais nos seus territórios.

Vive-se uma conjuntura de revisão nos diversos marcos regulatórios (sem considerar os fortes indícios de retrocessos nos âmbitos de direitos humanos e de políticas públicas): florestal, mineral, hídrico, energético, ambiental e fundiário. Tal revisão incide sobre os direitos constitucionais de povos e comunidades tradicionais reconhecidos por legislações nacionais e por tratados e convenções internacionais, os quais fomentam debates em meio às relações de

importância destes grupos étnicos para a sociedade e para a sustentabilidade ambiental do planeta.

Com a intenção de adentrar a questão do território ocupado pelas comunidades tradicionais, genericamente, é visualizado um ambiente rural e natural (com o natural preservado). Quando se faz uma análise aprofundada, nota-se que o território, pela vertente das abordagens científicas dos estudos em geografia, não diz respeito somente a um espaço geográfico delimitado, também todo o território cultural construído pelos grupamentos humanos.

Como as comunidades tradicionais estão - de modo geral - na zona rural, é preciso também delinear o fato de conhecimento que nos cercam e/ou nos deparamos pelas lutas em movimentos pela terra. O Brasil segue como um dos líderes em conflitos no campo, territorialização e reterritorialização são identificados, e quando convergindo às garantias para as comunidades tradicionais, mescla-se ao autorreconhecimento que veio da necessidade de defesa do território. Nesta trilha, Filho (2014) pontuou que:

Esse entendimento é oportuno e adequado em razão, sobretudo, do processo de expropriação dos territórios tradicionais e das lutas pela sua recuperação, consubstanciados no debate sobre processos de territorialização, que envolve normalmente contextos em que houve expropriação de terras e corresponde a uma certa ambivalência teórico-conceitual - territorialização/desterritorialização/reterritorialização, ligada, a princípio, a uma dimensão espacial concreta - o território -, mas também ao conjunto de relações sociais e representações sobre o espaço em que se dão essas relações (FILHO, 2014, p. 06).

A identidade é uma questão central para o fortalecimento dos movimentos sociais vinculados tanto de povos originários (indígenas) quanto das comunidades tradicionais na trilha e luta pelo reconhecimento e mesmo de construção da identidade coletiva. Nesse contexto, os processos sociais de desterro, tomada de terras ou mesmo de expropriação podem ser tomados a partir de alguns conceitos de ordem cultural como a identidade, pertencimento, territorialidade, historicidade e os sistemas de produção, sempre a partir de cada cultura e de suas diferenças.

O artifício de formação da sociedade brasileira em consonância com movimentos em busca pela afirmação do território favoreceu e ainda favorece, historicamente, a emergência de identidades construídas a partir de processos históricos de apropriação de espaços territoriais, dizimando culturas e promovendo, em muitos casos, um etnocídio cultural.

As comunidades tradicionais produzem cultura e território em meio ao instável processo de garantia de direitos no Brasil. Esse contexto suprime a ideia de que as comunidades

tradicionais e suas identidades se devem ao fato de serem arcaicas e não civilizadas, mesmo acatando que existem incoerências e interesses antagônicos externos, além de que intrinsecamente nos próprios grupos existe essa ambivalência. Porém, é preciso ponderar as transformações desses grupos sem restringi-los à concepção tautológica de que apenas usam os recursos naturais de forma sustentável, pois existe uma gama de relações culturais estabelecidas com os respectivos territórios e com as redes de sociabilidades que são subjugadas nesse discurso. Sobre os estereótipos de perspectivas etnocentristas, Moraes *et al.* (2017) reforça que:

Tomando-se então o território como campo de interlocução cultural com o ambiente, existem ainda os riscos do etnocentrismo para o desenvolvimento e para a cultura, sobre esta tratativa à diversidade cultural estabelecem-se cuidados quanto a análise evolucionista, pois quando um grupamento humano se coloca como mais evoluído (e ou melhor) que outro, subalternizando-o, podem haver diferentes posicionamentos de conflitos: a destruição dos grupos; o surgimento de um outro grupo a partir da destruição dos grupos anteriores e por fim a desorganização de ambos os grupos (MORAES *et al.*, 2017, p. 17).

É evidente a necessidade dos debates contemporâneos da gestão social em comunidades, em especial nas tradicionais, pois nessas é transversal o entendimento do território além das definições nacionalistas e mesmo geográficas, mesclando-se à importância de estudos efetivos sobre o assunto que desvendem as maneiras textuais de expressar tão rica face dos povos e comunidades tradicionais, estabelecendo as interfaces entre os elementos concretos da natureza e os elementos subjetivos da cultura e da tradição, da afetividade e da mística (MORAES *et al.*, 2017).

### **3.5 Comunidades tradicionais e seu *modus vivendi***

Tendo em vista que os processos de globalização incidem diretamente sobre os comportamentos da sociedade que, por sua vez, adota meios e processos formais de produção, em que pelas abordagens marxistas é estabelecido o “natural” conflito entre o capital e o trabalho, a lógica do bem-estar se desdobra à luz do conceito de comunidade e sociedade.

Nesse cenário, dentre outras, estão as comunidades quilombolas, organizadas por uma trajetória histórica própria e específica e marcada pela violência desde os primeiros contatos dos europeus com seus ancestrais africanos. No decorrer dos séculos, a libertação dos escravos e os processos constituintes posteriores não foram capazes de assegurar a expressão cultural, o território e a proteção contra o racismo, que se impõe cultural e estrutural.

Pela definição de polaridade, à luz do atual momento conservador no contexto mundial, observa-se a sociedade em meio a conflitos, as vezes ideológicos, outras vezes como meio de



as pessoas subsistirem e resistirem dentro do sistema que, ao longo da história, mantém as relações de subordinação em detrimento às questões de raça, etnia, gênero, dentre outras. Tal subordinação, por uma razão etnocêntrica conservadora, sustenta estereótipos travestidos de paradigmas em analogias centralizadoras e hegemônicas que fomentam a segmentação da sociedade e, para isso, utilizam-se da suposta ideia de igualdade pacificadora, natural e necessária, da operacionalização do existir em meio a configuração particular da hierarquia ou da distribuição de poder que, na verdade, impele aos tradicionais, com intolerância e repressão, suas manifestações culturais e/ou ciclos de memória cultural (SANGLARD *et al.*, 2019).

De acordo com Sanglard *et al.* (2019), “[...] o Brasil tem enfrentado o acirramento da polarização política, acumulando registros de incivilidade e intolerância”. As autoras são bem mais ousadas em observar que se trata de um fenômeno que lembra o retrocesso democrático, considerando a virada conservadora em âmbito mundial (SANGLARD *et al.*, 2019).

O campo de conhecimento filosófico, que pode instigar a curiosidade sobre os fundamentos da realidade, relacionando-os à existência, ao conhecimento, à verdade, aos valores morais e estéticos, à mente e à linguagem, ocupa-se de questões referentes ao significado e também referentes à essência das relações humanas e as estruturas dessas convivências, especialmente simbólicas.

Nesse campo, para este estudo, destaca-se o sociólogo alemão Ferdinand Tönnies, o qual, dentro de uma dinâmica interdisciplinar entre a filosofia e a sociologia, traz um “[...] modelo de caracterização, análise e descrição dos arranjos de sociabilidade, consolidado como constructo conceitual norteador do jargão sociológico através da oposição binária Comunidade-Sociedade” (BRANCALEONE, 2008, p. 98).

Tönnies parte dos estudos marxistas do materialismo dialético para entender os processos sociais ao longo da história, mas se posiciona para além desse campo. Entende que, para concepção de comunidade, teria de tomar principalmente suas matrizes e laços de consanguinidade e/ou afinidade por elementos de coabitação, cultura e relação com as divindades (BRANCALEONE, 2008).

Nota-se, na contemporaneidade, que abordagens eurocênicas conservadoras fomentam a vida na cidade como sendo necessária pelo até então “desenvolvimento da sociedade”, em que o consumo está atrelado ao ser social, suprimindo o sentido natural de felicidade humana da *teoria das vontades naturais e das vontades arbitrarias* (TÖNNIES, 1957). Portanto, tais abordagens pressupõem que várias culturas, cujas essências estão enraizadas ao território – na maioria das vezes são rurais – estão postas à submissão. Por isso Brancaleone (2008) ressalta:

Na passagem do modo de vida rural para o urbano, teríamos o desencadeamento de uma ruptura na organização desses núcleos de sociabilidade. Quanto mais se multiplicava a vida da cidade – ou seja, à medida que o mercado estimulava o desenvolvimento hipercefálico da urbe –, mais perdiam forças os círculos de parentesco e vizinhança como motivos de sentimentos e atividades comunitários (BRANCALEONE, 2008, p. 100).

Diante disso, percebe-se a tamanha envergadura existente entre a cultura tradicional e a não tradicional. Além disso, é possível considerar as determinantes do nível de transfiguração da cultura agroextrativista, convergidas à cultura tradicional quilombola, para além de fatores (notados pelo êxodo rural, entre outros, que serão fundamentados posteriormente neste trabalho) até então consolidados, e como aponta Brandão (2015) descrevendo-se o pensar a comunidade tradicional para a “dissecação” da questão em estudo (cultura tradicional quilombola) pelo fio condutor filosófico, sociológico e antropológico.

Voltemos a discutir criticamente o desenvolvimento, ou melhor, a mudança da sociedade, que atrelada à urbe, desconsidera a diversidade cultural como menciona Brancalone (2008). O antropólogo Brandão (2015), quando discorre sobre estudos das epistemológicos conceituais sobre a comunidade de Bauman (2003) e Maffezoli (1997), em que a comunidade é o lugar mais humano do viver, enfatiza que esta é um:

[...] lugar social arrancado da natureza, ou nela encravado ainda, em que pessoas, famílias e redes de parentes e comuneiros reúnem-se para viver e dar, entre palavras e gestos, um sentido à vida. Em termos modernos, a comunidade é o lugar da escolha. É a associação – quanto mais livre e autoassumida melhor – de pessoas que se congregam para serem, em meio a um mundo como o da grande cidade, o que desejam ser nela, ou por oposição a ela (BRANDÃO, 2015, p. 22-23).

É comumente perceptível que, no Brasil, a diversidade e a heterogeneidade de formação cultural, miscigenada, provém de um processo árduo de colonização que se iniciou no século XVI, consubstanciando o que atualmente se configura e se reconhece como povos originários e comunidades tradicionais. O Decreto 6.040, de 07 de fevereiro de 2007, define:

Povos e Comunidades Tradicionais: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição (BRASIL, Decreto 6040, art.3,1).

O referido decreto legitima a legalidade de que os princípios de igualdade racial e étnica, estabelecidos pela Constituição Federal de 1988, passariam a ser melhor detalhados e especificados à realidade sociocultural dos povos e comunidades tradicionais, além de permitir o processo de autoidentificação como mecanismo de reconhecimento dos povos tradicionais,

tendo em vista a necessidade de fornecer mais visibilidade e força para efetivação dos direitos dessas comunidades e das políticas públicas voltadas às mesmas (MORAES *et al.*, 2017).

Em outras palavras, Bernieri *et al.* (2018), com o olhar nativo e pertencente ao meio comunitário tradicional em território do cerrado tocantinense da Amazônia Legal brasileira, define comunidades tradicionais como:

[...] grupos que se organizam de diversas maneiras, sendo que a grande maioria utiliza seus territórios e recursos naturais para conservar a cultura. Ao desfrutar dos recursos naturais, aplicam conhecimentos e práticas criadas e mantidas pelo povo que a compõem, sendo transmitidas de geração a geração por meio das práticas cotidianas e da oralidade (BERNIERI *et al.*, 2018, p. 166).

A colocação conceitual desta autora mapeia as complexas concepções a respeito das comunidades tradicionais por uma trilha de memórias culturais transmitidas oralmente por gerações, como no caso específico da Comunidade Tradicional Quilombola de Lajeado, em Dianópolis/TO (BERNIERI *et al.*, 2018).

Talvez por estar envolvido e acreditar na forma de ser tradicional, rompendo a rotulação que trata as comunidades tradicionais como minorias, como culturas em desenvolvimento, que necessitam ser civilizados, há dificuldade de demonstrar nesse trabalho contrapontos com relação às conceituações ora apresentadas. No entanto, chama a atenção o exposto por Chakrabarty (2000):

Uma dimensão, digamos, mais epidérmica desse fardo eurocêntrico é observável cotidianamente nos currículos escolares e nas agendas de pesquisa ao redor do mundo: especialistas nas sociedades centrais podem refletir sobre a história e suas sociedades com relativa ignorância em relação às histórias não-ocidentais, sem que isso pareça afetar a qualidade de seus trabalhos (CHAKRABARTY, 2000 *apud* BORTOLUCI 2009, p. 53).

Essa colocação alerta o quanto a força existencial de posicionamento centralizadores de parte da historiografia e das Ciências Sociais produzidas no mundo orientam a narrativa da modernidade, estabelecendo-se por fatos a partir das quais cada uma das histórias nacionais é investigada, e algumas vezes afetam as conceituações quanto as comunidades tradicionais (BORTOLUCI, 2009).

Por um outro viés, versa-se pelas aspectos dos habitats das comunidades. Assim sendo é preciso aqui retomar a alguns aspectos físicos do cerrado. O cerrado brasileiro é um dos principais biomas do país, possuindo a segunda maior extensão de área, sendo ainda muito rico em espécies vegetais, além de conter a nascente da grande maioria das grandes bacias hidrográficas brasileiras. Este bioma é representado por um mosaico de vegetação natural,

destacando-se a grande diversidade e endemismo da flora (KLINK; MACHADO, 2005).

Klink e Machado (2005) descrevem que os solos do cerrado possuem aptidão para lavoura pelas suas características físicas; além disso, há a condição estratégica de sua localização, que facilita a logística de escoamento da produção.

Tendo em vista as qualidades favoráveis para produção do campo em larga escala nesse bioma, desde a década de 50, acontece o processo de expansão do agronegócio, em que a construção de Brasília e da rodovia Belém-Brasília ampliaram a pecuária extensiva e, posteriormente, a produtores de grãos em larga escala, principalmente para exportação, na região (SILVA; BERNIERI, 2019).

Como adiantado anteriormente, áreas geográficas com essas características são também territórios de comunidades quilombolas, as quais estão sendo expostas ao processo de aculturação, por uma relação unilateral que incide diretamente sobre os sujeitos sociais vulneráveis em questão e que apontam para atributos de transfiguração étnica principalmente quando se observa a mudanças ocorridas nas práticas agroecológicas de subsistência.

Bernieri (2019) descreve e analisa a agroecologia a partir de pressupostos teóricos que a definem como uma nova forma de pensar a produção agrícola pela perspectiva da preservação dos recursos naturais em todas as etapas do processo. A autora afirma que:

Por conseguinte, pode-se afirmar que a aplicação dos fundamentos intrínsecos a agroecologia, e a adoção de novas técnicas de produção agrícola sem levar em consideração a dinâmica das operações do conjunto de fatores ambientais influenciados pelos aspectos econômicos, concorrenciais e mercadológicos que motivam os produtores a utilizarem insumos nocivos ao meio ambiente. Posto isso, essas práticas podem ser caracterizadas como atividades peculiares das comunidades tradicionais quilombolas (SILVA; BERNIERI, 2019, p. 21).

Considerando a produção de sementes, dentre processos agroecológicos existentes nas comunidades tradicionais e determinante para o sucesso futuro das cultivares, através do desenvolvimento da qualidade da semente aliada a uma prática de “manejo adequada da comunidade quilombola”, fatores esses que favorecem a expressão genética da cultivar e o sucesso na produção de alimentos para subsistência. No entanto, tal situação passa por ameaças constantes, sendo que o:

[...] irreversível processo de expansão do agronegócio contribui para o enfraquecimento das práticas agroecológicas das comunidades quilombolas, forçando o pequeno agricultor tradicional a adaptar-se ao novo modelo de produção ou abrir mão de seu modo de vida por não se inserir nos novos moldes produtivos, fator preponderante para a perda gradativa dos costumes e identidade étnica (SILVA; BERNIERI, 2019, p.19).

Os desafios consistem em buscar sistemas de produção agrícola adaptados ao ambiente de tal forma que a dependência de insumos externos e de recursos naturais não renováveis seja mínima (SILVA; BERNIERI, 2019). Por uma vertente cultural quilombola, tem se a etnoconservação que se alinha perfeitamente à agricultura e ao extrativismo por meio de conhecimentos tradicionais, fundamental no processo de produção de alimentos para subsistência nessas comunidades, que vem sofrendo incidência massificada pela produção agrícola massificada (PEREIRA; DIEGUES, 2010).

#### 4 DISCUSSÕES E ENCAMINHAMENTOS

Considerando-se o problema de pesquisa (qual a participação da oralidade e das mídias digitais - redes sociais *online* - na produção e na reprodução do conhecimento na Comunidade Tradicional Quilombola de Lajeado, de Dianópolis/TO?) e do objetivo geral (descrever a participação da oralidade e das mídias digitais - redes sociais *online* - para a produção e reprodução do conhecimento na Comunidade Tradicional Quilombola de Lajeado, de Dianópolis/TO), iniciou-se a aproximação e a abordagem ao tema e ao recorte de estudos.

Conforme destacado na seção de metodologia, foram realizadas as devidas revisões bibliográficas para, assim, chegar ao estado da arte teórico acerca das searas da comunicação e da antropologia que convergiram para a sustentação desta pesquisa. Diante da robusta envergadura da temática e da necessidade de adequações do desenho e condução da pesquisa, considerando as circunstâncias trazidas pelo período pandêmico, condicionou-se o assunto comunicação na comunidade em eixos e questões que possibilitassem agregar com legitimidade as respostas pertinentes ao problema e aos objetivos.

Primou-se pela acessibilidade necessária, considerando a linguagem comunitária, para que um maior número possível de pessoas da Comunidade Quilombola Lajeado tivesse a condição de participar, seguindo todas as normas e restrições vigentes, ao tempo que também, a partir das respostas, fosse possível conduzir e parametrizar o uso das mídias digitais no contexto da comunidade.

Reforça-se que as coletas empíricas de informações de campo, junto aos membros da comunidade tradicional estudada, dada a condição pandêmica de 2020, foram realizadas por meio da plataforma digital *Google Forms*, de modo que a pesquisa foi realizada com pessoas com acessibilidade às tecnologias de internet e/ou telefonia. Neste sentido, aplicou-se um formulário contendo vinte pautas, as quais são abaixo apresentadas e discutidas.

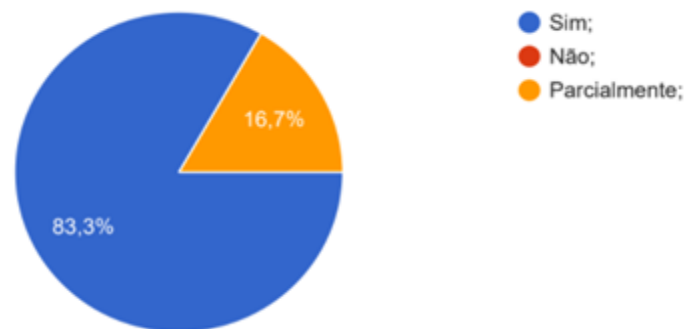
Foram coletadas 18 (dezoito) respostas junto a respondentes adultos e moradores da Comunidade Tradicional Quilombola de Lajeado, no município de Dianópolis/TO, recorte dos estudos empíricos desta pesquisa.

As questões produzidas serão demonstradas no decorrer desse capítulo, em que os resultados serão expostos e abordados criticamente por uma vertente subjetiva incluída neste debate científico, a fim de compreender sobre acesso à internet, existência de contas/perfis em redes sociais (Facebook, Instagram, etc.), se as pessoas seguem perfis/rede, dentre outros. Também perguntou-se sobre os dispositivos, *softwares* e aplicativos de mensagem eletrônica (WhatsApp ou outros), o que oportunizou aos participantes que citassem os grupos que

integram e outros espaços abertos em que se manifestam on-line, a partir do que é suportado pela plataforma de pesquisa utilizada.

**Questão 1 - Você conhece a história da Comunidade Quilombola Lajeado?**

Gráfico 1 - Questão 1



Fonte: elaborado pelo autor, 2020.

Diante desta primeira pergunta do formulário de investigação de campo, como demonstra o gráfico 1, chegou-se à resposta de que 83,3% dos respondentes conhecem a história da formação da Comunidade Tradicional Quilombola de Lajeado, enquanto outros 16,7% afirmaram conhecer parcialmente. Quanto as respostas que afirmam que parcialmente conhecem a história da comunidade, há de se compreender que por este cenário pode haver vestígios quanto as perdas do conhecimento tradicional pelas gerações, dada às incidências societárias antagônicas estarem de alguma maneira se sobrepondo as condições de vivência entre os sujeitos, cujo os mais velhos pela memória protagonizariam a transmissão das suas origens.

Sabe-se que a história vem sendo mantida especialmente pelos diálogos dos anciãos para com as novas gerações. Poucas citações específicas sobre as origens e a formação desta comunidade, com profundidade histórica, foram encontradas para este trabalho. Contudo, uma geração que hoje possui vários jovens no ensino superior, inclusive em cursos de mestrado, vem resgatando documentos e produzindo importantes materiais teóricos para uma correta narrativa.

**Questão 2 - Como você teve acesso a essa história da Comunidade?**

A resposta da questão um se sustenta e avança em complementação à resposta da segunda pergunta, na qual 100% dos respondentes afirmam que só conhecem a história da Comunidade Tradicional Quilombola de Lajeado porque esta é contada pelos mais velhos.

Importante destacar que, nenhum dos respondentes conhece partes fundamentais da sua história pelos livros, jornais ou pelas mídias digitais (redes sociais *online*), reafirmando, já nesta pergunta, a importante participação da oralidade para a produção e reprodução do conhecimento.

**Questão 3** - A história contada pelos mais antigos é tomada como verdadeira pelos membros da comunidade?

Os respondentes (100% deles) confiam nas fontes orais, especialmente na apresentação de fatos históricos e narrativas postas pelos anciãos de modo a não haver questionamento quanto a sua legitimidade e veracidade. A comunidade entende e reverencia os anciãos seguindo seus ensinamentos, uma vez que os veem como referências de memória sobre as origens comunitárias considerando que somente assim persistem pela legitimada luta pelo território. Assim pelos valores formatados no coletivo, é perceptível o nível de confiabilidade que é dada a figura dos anciãos.

À medida em que a totalidade dos respondentes apresentam um elevado nível de confiança nas fontes orais, estas se legitimam nesta comunidade como forte instrumentalizadora da produção do conhecimento, bem como da sua reprodução dentre as novas gerações.

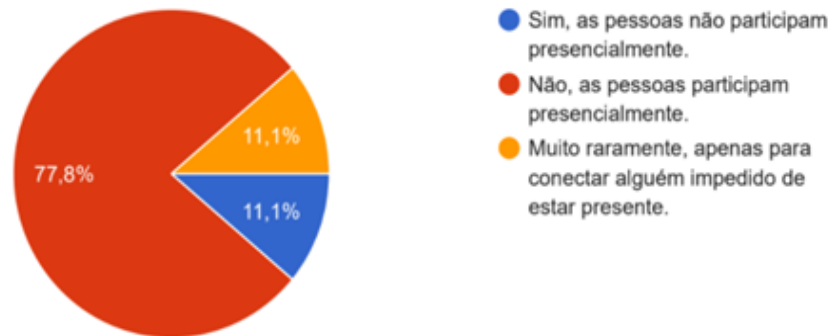
**Questão 4** - São realizadas reuniões da comunidade, onde se privilegiam momentos para ouvir a narrativa dos familiares mais antigos (de outras gerações ou anciões)?

Algo obviamente questionado diante das respostas anteriores é como a transmissão do conhecimento se estabelece na comunidade. Assim, esta pergunta trouxe em 100% das respostas que a Comunidade Tradicional Quilombola de Lajeado, em Dianópolis, no Estado do Tocantins, realiza reuniões frequentes para que os anciões e as novas gerações possam dialogar.

**Questão 5** - (Se existem reuniões da comunidade) As reuniões da comunidade necessitam de tecnologias da informação e comunicação (internet ou telefonia)?



Gráfico 2 - Questão 5

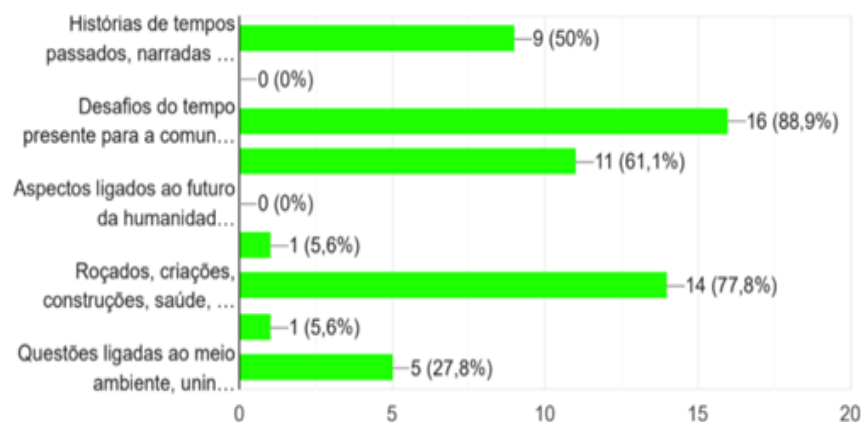


Fonte: elaborado pelo autor, 2020.

No sentido desta questão, os respondentes afirmaram que muito raramente os meios tecnológicos (telefonia e/ou novas tecnologias da informação e da comunicação) são instrumentais necessários, pois na maioria das reuniões há presença de todos. A resposta desta questão traz como interpretação que a comunidade valoriza as reuniões e os momentos de aprendizado comunitário.

**Questão 6** - (Se existem reuniões da comunidade) Nas reuniões da comunidade são assuntos comuns e que consomem mais tempo nos diálogos (pode marcar até três alternativas):

Gráfico 3 – Questão 6



Fonte: elaborado pelo autor, 2020.

Esta questão incitou a verificação dos assuntos e pautas trazidas para os diálogos, sendo muito importantes as respostas pois indicam o conflito entre experiências passadas que compõem a história de vida dos mais velhos e da própria comunidade com os problemas e desafios presentes.

Ao indicarem como assuntos fortemente pautados, a “história de tempos passados”, os

“desafios do tempo presente” e ainda coisas da sustentabilidade cotidiana como a produção de alimentos, as construções e vida na comunidade, os respondentes afirmam que existe dialogicidade e dialética para a produção do conhecimento, que por sua vez instrumentaliza a produção de respostas para os problemas comunitários.

**Questão 7** - (Se existem reuniões da comunidade) Nas reuniões da comunidade, quando pautados problemas do momento presente, as pessoas de mais idade (gerações mais antigas ou anciães) são ouvidos em suas experiências:

Gráfico 4 – Questão 7

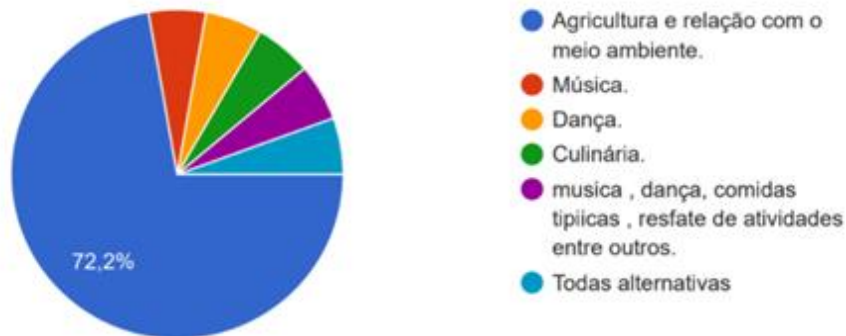


Fonte: elaborado pelo autor, 2020.

Dentre os respondentes, 94,4% disseram que ouvem com atenção a todas as falas das pessoas mais velhas sobre suas experiências e histórias narradas acerca dos tempos passados, que fundamentalmente sustentam a história da Comunidade Tradicional Quilombola de Lajeado.

**Questão 8** - (Se existem reuniões da comunidade) Nas reuniões da comunidade, quais temas culturais são tratados e mesmo praticados:

Gráfico 5 – Questão 8



Fonte: elaborado pelo autor, 2020.

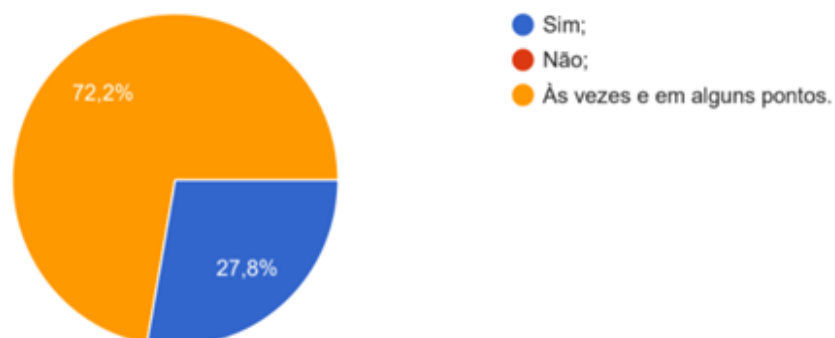
As respostas desta questão nos apresentam com clareza a diversidade de temas que envolvem e sustentam os diálogos da comunidade, especialmente nas reuniões geracionais, em que são dialogados assuntos como agricultura, relação do ser humano com a natureza, música, dança, culinária, comidas típicas, dentre outros.

**Questão 9** - (Se existem reuniões da comunidade) As reuniões “formais ou informais” ocorrem:

Confirmou-se, pelas respostas ao questionamento, que é realizada uma reunião mensal na Comunidade Tradicional Quilombola de Lajeado, em Dianópolis/TO.

**Questão 10** - (SOBRE AS MÍDIAS DIGITAIS) A comunidade possui sinal para celular?

Gráfico 6 – Questão 10



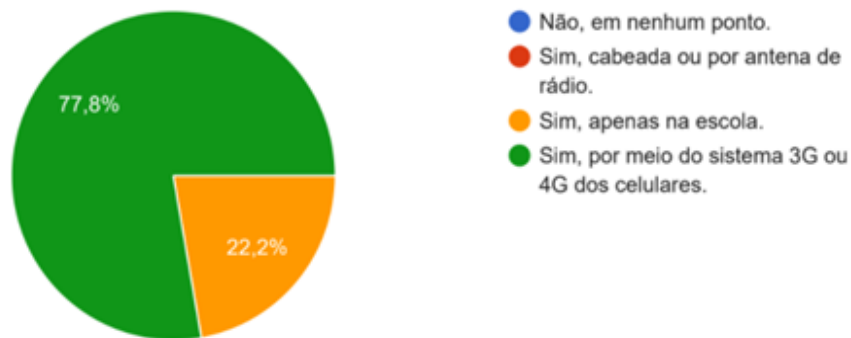
Fonte: elaborado pelo autor, 2020.

A Comunidade Tradicional Quilombola de Lajeado fica localizada no meio rural, entre as cidades de Porto Alegre do Tocantins e Dianópolis, está afastada da rodovia pavimentada. O sinal de telefonia celular é fraco e instável, ocorrendo muitos longos períodos sem sinal, que

pode ser conseguido em alguns locais da comunidade, geralmente mais elevados.

**Questão 11 - (SOBRE AS MÍDIAS DIGITAIS) A comunidade possui internet?**

Gráfico 7 – Questão 11



Fonte: elaborado pelo autor, 2020.

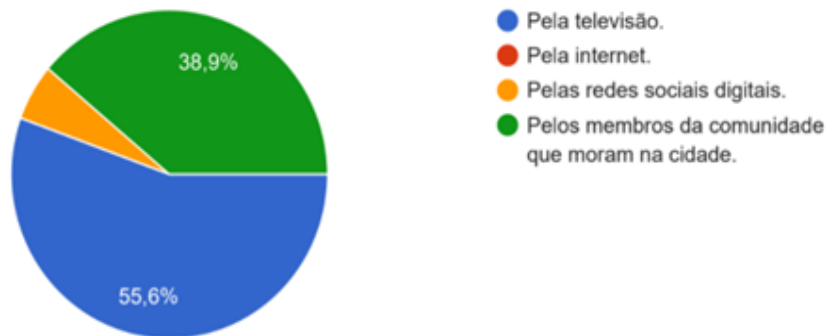
Os respondentes se contradisseram nesta questão, mas apurou-se que apenas na escola municipal (de ensino fundamental) que atende aquela região, inclusive a comunidade estudada, há acesso à internet.

**Questão 12 - (SOBRE AS MÍDIAS DIGITAIS) Os membros da comunidade possuem perfis/páginas pessoais nas redes sociais digitais (Facebook, Instagram, Twitter, etc.)?**

O acesso às redes sociais e a sua utilização, quando se tem acesso à internet, é praticamente exclusividade dos jovens. Destaca-se que, entre os adultos, muito poucos têm contas e/ou utilizam redes sociais *online*.

**Questão 13 - (SOBRE AS MÍDIAS DIGITAIS) Qual a ordem de importância, por onde as notícias e informações da sociedade (e do mundo em geral) chegam à comunidade?**

Gráfico 8 – Questão 13



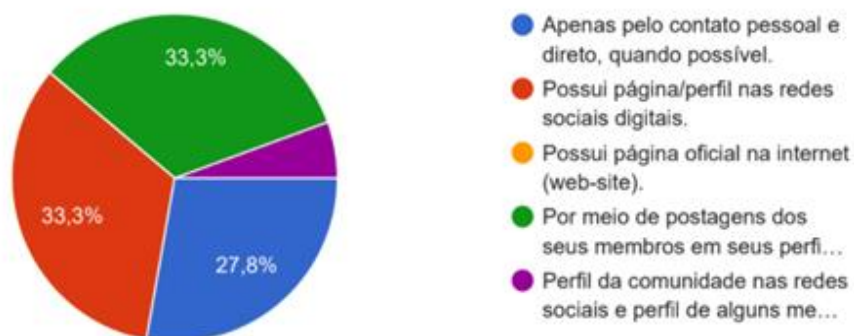
Fonte: elaborado pelo autor, 2020.

Dois canais de chegada de informações se destacam na Comunidade de Lajeado, um destes são os diálogos entre os membros que moram na cidade e no campo, pois via-de-regra os moradores da cidade possuem mais informações e notícias.

Outro canal de destaque é a televisão, que ainda serve fortemente neste meio rural como instrumentalizadora do acesso às informações, sejam estas jornalísticas, culturais ou comerciais.

**Questão 14 - (SOBRE AS MÍDIAS DIGITAIS)** Como a comunidade se apresenta à sociedade?

Gráfico 9 – Questão 14



Fonte: elaborado pelo autor, 2020.

O contato pessoal direto e as postagens feitas pelos jovens nas suas redes sociais são instrumentos importantes para a comunidade se apresentar à sociedade. Mas é importante destacar que, para auxiliar na sua comunicação com a sociedade e para preservar sua memória cultural, a Comunidade Quilombola de Lajeado (Dianópolis/TO) criou uma *fanpage* na rede

social Facebook (figuras 7, 8 e 9), onde os mais jovens (especialmente estudantes do nível superior) procuram se manter atualizados.

Figura 7 - Capa da *fanpage* da Comunidade Quilombola Lajeado

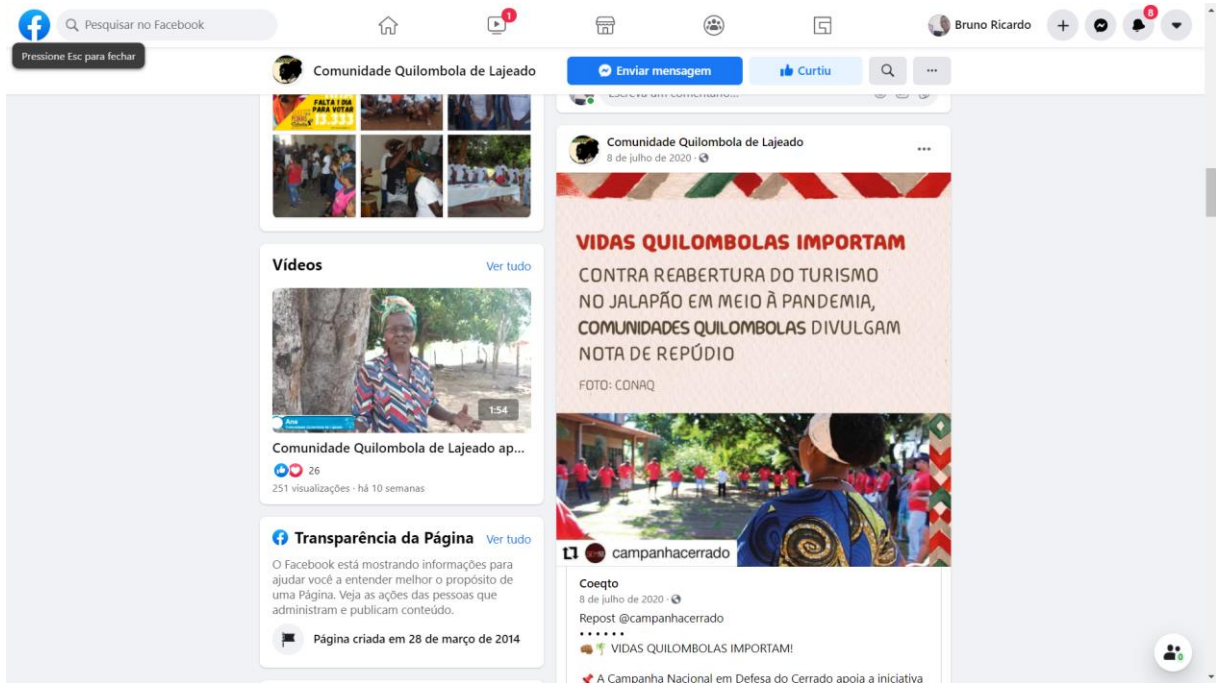


Fonte: Facebook, 2021

Na figura 7 na foto de capa da *fanpage* está a “Vó Guilhermina” e a “Vó Camila”, Matriarcas/anciãs líderes da comunidade.

Em seguida na figura 8 experienciase que pela *fanpage* a comunidade manifesta sua identidade fortalecendo a visibilidade da mesma, com informações sobre suas práticas e notícias que assolam de alguma maneira a vida de seus membros.

Figura 8 - Manifestações/nota de repúdio de resistência na *fanpage* da comunidade



Fonte: Facebook, 2021

A figura 9 há o comunicado da perda repentina e irreparável da vida da “Vó Camila”, que impacta exponencialmente a comunidade.

Figura 9 - Fanpage: Notícia da morte da matriarca da comunidade

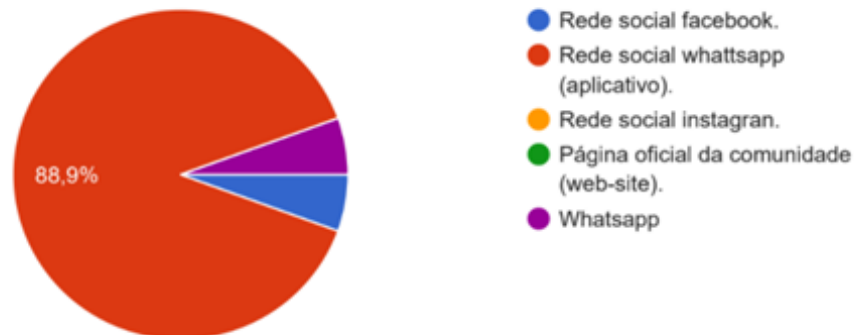


Fonte: Facebook, 2021

**Questão 15 - (SOBRE AS MÍDIAS DIGITAIS)** Qual o principal canal de mídias digitais

utilizado pelos membros da comunidade:

Gráfico 10 – Questão 15



Fonte: elaboração do autor, 2020.

O aplicativo de mensagem eletrônica instantânea WhatsApp, tomado como rede social *online*, dadas suas funcionalidades para a interação social pela internet, se constitui na instrumentalidade mais utilizada pelos membros da comunidade. Também foi citada a rede social Facebook, como importante meio utilizado, onde inclusive consta a hospedagem da *fanpage* acima destacada.

Na alternativa aberta referenciada em cor roxa no gráfico 10, alguns respondentes apontaram novamente o WhatsApp como principal canal de mídia digital da comunidade. Isso é perceptível visto que a figura 10 evidencia a existência de grupo específico para diálogos e assuntos intrínsecos da comunidade. Esse grupo foi criado no ano de 2016, possui atualmente 51 participantes e serve como instrumento de comunicação, de articulação e de ajustes de pautas para os encontros mensais e reuniões da associação comunitária.



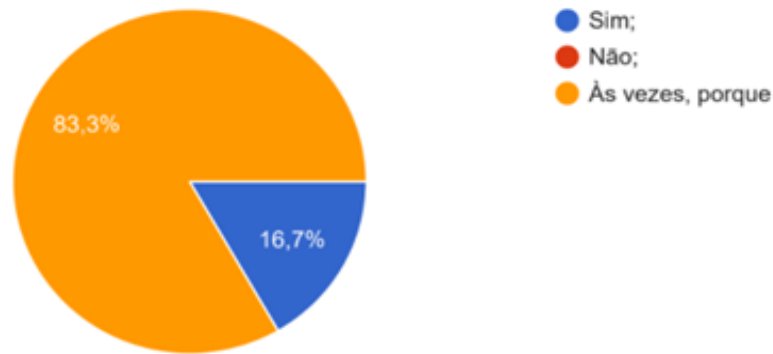
Figura 10 - Grupo de WhatsApp da Comunidade Quilombola Lajeado



Fonte: Alves, 2021

**Questão 16** - (SOBRE AS MÍDIAS DIGITAIS) As informações e textos lidos na internet de modo geral e nas redes sociais em específico são tomadas como verdadeiras pelos membros da comunidade?

Gráfico 11 – Questão 16

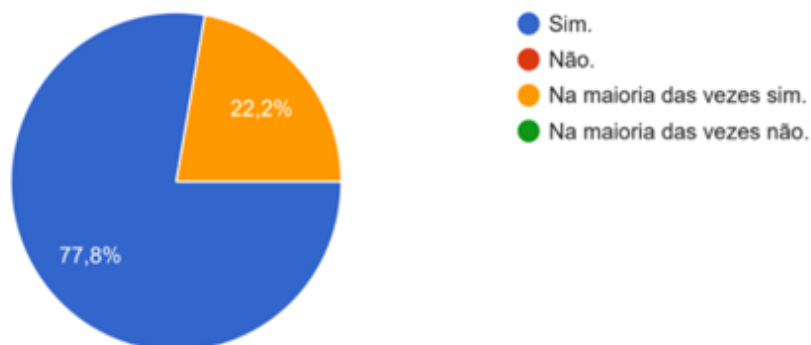


Fonte: elaborado pelo autor, 2020.

Esta questão, também respondida por todos os informantes, deixa compreensível que, de modo contrário à credibilidade das informações e do conhecimento passado pelos mais velhos, as informações e o conhecimento trazido pela internet e pelas mídias digitais (redes sociais on-line) não possuem aceitação imediata, sendo questionável (pela comunidade) a sua veracidade.

**Questão 17** - As informações trazidas pela oralidade da comunidade ajudam na resolução de problemas pessoais, de sua família e de sua comunidade?

Gráfico 12 – Questão 17

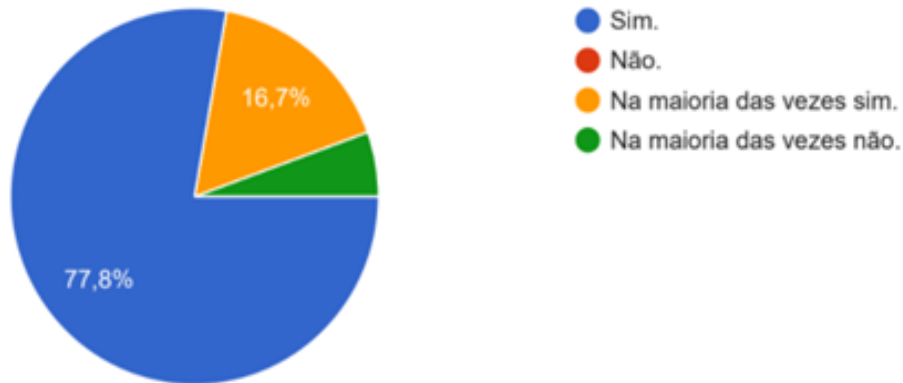


Fonte: elaborado pelo autor, 2020.

Esta questão aponta que a maioria (77,8%) dos membros da comunidade acredita que as informações e o conhecimento transmitido pela oralidade, advinda dos mais velhos, auxilia na resolução dos problemas sociais e familiares.

**Questão 18** - As informações trazidas pelas mídias digitais ajudam na resolução de problemas pessoais, de sua família e comunidade?

Gráfico 13 – Questão 18



Fonte: elaborado pelo autor, 2020.

Praticamente da mesma forma que na questão anterior, os respondentes destacaram que as mídias digitais (redes sociais on-line) auxiliam sim na resolução dos problemas que encontram na vida, seja social ou mesmo familiar.

**Questão 19** - Em que a oralidade de sua comunidade (diálogos com os membros de sua geração e com membros de gerações mais antigas/anciães) ajuda na vida? Cite 6 exemplos:

Tabela 1 – Questão 19  
**TERMOS MAIS CITADOS COMO CONTRIBUIÇÕES  
 DA ORALIDADE NA COMUNIDADE - %**

<i>TERMOS CITADOS</i>	<i>Percentual</i>
Brincadeiras	0,9%
Brinquedos	0,9%
Conhecimento	3,7%
Culinária/alimentação	3,7%
Cultura/tradição	5,5%
Direitos	0,9%
Educação/saberes	4,6%
Experiência	1,8%
História	3,7%
Humanidade	0,9%
Igualdade	0,9%
Oração/fé	2,7%
Raça	0,9%
Reconhecimento	0,9%
Respeito	4,6%
Saúde/medicina alternativa ou popular	3,7%

Sustentabilidade	0,9%
Trabalho	0,9%
União	0,9%
Valores	0,9%

Fonte: elaborado pelo autor, 2021.

Considerando que cada um dos respondentes tinha de citar seis termos como exemplo, os quais foram extraídos os listados na tabela acima, o maior percentual aferido refere-se aos exemplos dados que destacam a cultura/tradição, relacionado ao nível de importância na vida das pessoas da comunidade a partir da oralidade.

**Questão 20** - Em que as mídias digitais (internet, redes sociais digitais etc.) ajudam na vida?

Tabela 2 – Questão 20  
**TERMOS MAIS CITADOS COMO CONTRIBUIÇÕES  
 DAS MÍDIAS DIGITAIS NA COMUNIDADE - %**

<i>Termos citados</i>	<i>Percentual</i>
Pesquisa/estudos	5,5%
Comunicação/informação	6,4%
Notícias	1,8%
Publicidade/divulgação	1,8%
Sites/redes sociais	1,8%
Diversão/entretenimento	3,7%
Cultura	2,7%
História	0,9%
Conhecimento	1,8%

Fonte: elaborado pelo autor, 2021.

Pelas circunstâncias da questão 20, ao extrair os termos desse questionamento visualizou-se que os participantes providencialmente vislumbram a utilização das mídias digitais para a finalidade e/ou necessidade de se comunicar.

Percebe-se a expressividade pela busca de conhecimento e estudos, notando que a variante manipulada nesse trabalho aponta o destaque para pesquisa/estudos como exemplos de como as mídias digitais contribuem para a vida dos informantes dessa questão.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com efeito, a partir dos estudos teóricos realizados, admite-se que a produção do conhecimento humano não se dá a partir de uma página em branco, mas sim a partir de tudo o que a humanidade e nossos pares e antepassados já produziram a partir de suas experiências diretas ou da incorporação daquilo que a ciência, a filosofia ou a tradição já teceram.

Também é ponto pacífico que a produção do conhecimento se dá a partir de novas experiências de vida ou de novos contatos com o saber desconhecido, assim, neste conflito dialético entre o velho estado de conhecimento e o desafiante novo conhecimento existe a produção de um novo estágio que, no entanto, ainda se faz necessário ultrapassar o incipiente conhecimento das gerações mais novas, compilado pelo movimento contínuo das transformações societárias, pelo pleno saber tradicional transmitido pelos anfitriões, o que é consolidado com as mídias digitais.

É importante dizer que, no último século, a humanidade mudou muito seu modo de vida, sua relação com a natureza, com os semelhantes, os hábitos, inclusive os hábitos de consumir e de se comunicar. Contudo, traços históricos foram cunhados há séculos, mantendo cicatrizes dos violentos processos de sociabilização, como na colonização do Brasil, em que indígenas e africanos foram subalternizados e tomados como escravos. Estas mudanças, de ordem social, tecnológica, econômica e cultural (dentre outras vertentes) fizeram surgir uma sociedade contemporânea completamente heterogênea nos aspectos socioeconômicos e multicultural em seus diversos aspectos.

No Brasil, a chamada sociedade nacional é constituída por diversas populações indígenas de etnias e troncos linguísticos diferentes, diversas matrizes africanas e, para além do português, por diversas outras nacionalidades que se fizeram presentes pelo fluxo de imigração. Internamente, os fluxos migratórios levam as duas ou três últimas gerações de brasileiros a buscarem mobilidade geográfica, sempre em busca de oportunidades, bem-estar e/ou subsistência. Nesta trilha histórica, assim como as aldeias indígenas formaram-se, as comunidades tradicionais quilombolas, com toda sua cultura e especificidade se organiza e surgem constituídas de agentes protagonistas.

Ao longo dos séculos da (ainda) curta história do Brasil e de seu povo, os conhecimentos foram sendo reproduzidos, quer seja pelas políticas públicas e escolas quer seja pela transmissão geracional. A produção de conhecimentos, dialógica e dialética foi sendo estruturada entre o conhecimento posto e as experiências da vida. Esse paralelo se deve a solar necessidade de aprimoramento resolutivo e aperfeiçoado da epistemologia.

Quando esta pesquisa tange e questiona os meios para a produção e reprodução do

conhecimento junto a uma comunidade tradicional quilombola, obrigatoriamente passa pelos campos da comunicação e da antropologia, articulando algumas convergências interdisciplinares, complexas, faceadas e interrelacionadas pela profundidade técnica.

No recorte estudado junto à Comunidade Tradicional Quilombola de Lajeado (em Dianópolis/TO) questionou-se sobre a participação da oralidade e das mídias digitais (especificamente das redes sociais on-line) sobre o processo de produção e de reprodução do conhecimento, buscando-se um melhor entendimento sobre isso.

Chega-se, então, a algumas considerações importantes, que servirão de base ou apoio para novos trabalhos, mas que se estabelecem como finais para esta pesquisa de mestrado. A primeira delas é que a comunicação é central para a produção e reprodução do conhecimento, como ficou visivelmente estabelecido pelas respostas dadas pelos respondentes ao roteiro de questões da coleta de campo, reforçando seu caráter instrumentalizador para a interdisciplinaridade.

Junto à comunidade quilombola estudada, observou-se nitidamente que as mídias digitais (redes sociais on-line) são utilizadas de modo periférico e pelos jovens, inclusive pelas limitações tecnológicas de acesso aos sinais de telefonia e/ou internet. Mas também observou-se uma restrição cuidadosa com relação ao conteúdo trazido pelas redes sociais on-line e disponível na internet, sendo que as questões específicas indicaram certa desconfiança da sua veracidade (onde expressivamente os perguntados tem “receio” em consumir conteúdo das mídias digitais, conforme o extraído na pauta 16 e 19 do capítulo anterior), afetando a legitimidade da utilização de suas informações e mesmo do conhecimento proposto.

A oralidade, por sua vez, instrumentaliza o diálogo direto de um para outro ou de um para com um grupo. Neste caso, específico da Comunidade Quilombola de Lajeado (de Dianópolis/TO), a oralidade está presente na conversa direta entre as pessoas na comunidade, nas lidas do dia-a-dia, seja na trilha para se chegar a escola ou nas idas e vindas para reuniões comunitárias seja no caminho do rio ou nos trabalhos do campo. Não poderia deixar de mencionar a forte incidência da tradição oral junto aos ritos culturais e religiosos.

Também é observável o quanto a referida comunidade ouve com atenção e dialoga com respeito com os anciãos nas reuniões comunitárias mensais (onde estão idosos, adultos, jovens e crianças). Conversam sobre muitos assuntos, inclusive sobre problemas do dia a dia e mesmo sobre trechos violentos da história, sempre de modo suave e respeitoso entre os membros da comunidade.

Por fim, notou-se que a oralidade tem mais importância neste momento, pois as gerações são separadas por muitas décadas, do que as informações disponíveis na internet de modo geral

e pelas redes sociais on-line em específico. Presume-se que, ao longo das sucessões geracionais, estas redes fortemente pautadas nas tecnologias da informação e da comunicação irão compor e se agregar cada vez mais ao meio comunitário, em paralelo, dentre outros, com à oralidade. Assim, acredita-se que os registros fotográficos e orais, bem como o fortalecimento da *fanpage* (ou web-site) da comunidade seja fundamental para a manutenção da memória.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Alfredo W. B. **Quilombos e as novas etnias**. In: O'DWYER, Eliane Cantarino. Quilombos: identidade étnica e territorialidade. Rio de Janeiro: FGV, 2002.
- ANDRÉ, M. G. Consumo e identidade: itinerários cotidianos da subjetividade. São Paulo: DVS Editora, 2006.
- ARON, R. As etapas do pensamento sociológico. 7ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- AZEVEDO, M. **Comunidades Eclesiais de Base e inculturação da fé**. São Paulo: Loyola, 1996.
- Bai, Y., Yao, L., Wei, T., Tian, F., Jin, D.Y., Chen, L. & Wang, M. (2020). Presumed asymptomatic carrier transmission of COVID-19. JAMA, 323(14), p. 1046-1407.
- Bai, Y., Yao, L., Wei, T., Tian, F., Jin, D.Y., Chen, L. & Wang, M. Presumed asymptomatic carrier transmission of COVID-19. JAMA, 323, 2020
- BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. Lisboa/Portugal: Almedina, 2011.
- BARROS JÚNIOR, Antônio Walter Ribeiro; BADARÓ, Claudio Eduardo; FEITOSA, Lourdes Conte; SOUZA, Marcos Alves; MAXIMINO, Sílvio Motta. **Antropologia: uma reflexão sobre o homem**. Bauru/SP: EDUSC, 2011.
- BATALHA, M. O. **Gestão agroindustrial: GEPAI: Grupo de estudos e pesquisas agroindustriais**, 3º Ed., São Paulo, Atlas, 2012.
- BAUMAN, Z. Comunidade: a busca por segurança no mundo atual. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.
- BAUMAN, Z. Modernidade Líquida. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- BERNARDO, R. **Análise da produtividade agrícola da cana-de-açúcar nos estados de Mato Grosso do Sul e Goiás**. Tupã: UNESP, 2016. 162 f. Dissertação (Mestrado em Agronegócio e Desenvolvimento) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia. Tupã, 2016.
- BERNIERI, C.G.P.; FÔLHA, J.G.P. **Comunidade quilombola de Lajeado (Dianópolis – Estado do Tocantins – Brasil): construção histórica e saberes ancestrais**. In: MORAES, N.R.



*et al.* Povos originários e comunidades tradicionais: trabalhos de pesquisa e de extensão universitária. Boa Vista/RR: Editora da UFRR, 2018, p. 163 a 198.

BERNIERE, C.G.P.; FÔLHA, J.G.P; ALVEZ, L.G.P. **A Cultura Ancestral da Comunidade Quilombola Lajeado** *In:* GHIZONI, L.D; EDDINE, E. A. C; BEZERRA, E. B. N. Tendências em Comunicação: a construção social nas narrativas contemporâneas - IV Edição. Palmas/TO: Editora da UFT, 2019, p. 37 a 44. Disponível em: <http://200.129.179.47/bitstream/11612/1482/1/IV%20Jornada%20Interdisciplinar%20do%20Programa%20de%20P%C3%B3s-Gradua%C3%A7%C3%A3o%20em%20Comunica%C3%A7%C3%A3o%20e%20Sociedade.pdf>

BOAS, Franz. Antropologia cultural. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

BORDENAVE, J.E.D. **O que é comunicação**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

BORGES, S. M; CAMPOS, Alexandre de Castro; MELO, Valdemir Garcia; BORGES, Valdivino Marques; BORGES, Samuel Marques; NERES, Júlio César Ibiapina; CERQUEIRA, Fernando Barnabé. Geraizeiros na Amazônia: estudo da Comunidade Tradicional de Geraizeiros da Matinha (Guará/TO). *In:* MORAES, N. R.;

BAPTAGLIN, L. A.; MORALES, A. G.; MELO, V. G. N.; RODRIGUES, J. A. **Povos originários e comunidades tradicionais**: trabalhos de pesquisa e de extensão universitária – volume 1. p. 137-162. Boa Vista: Editora da UFRR, 2018. Disponível em [editorafi.org/povos](http://editorafi.org/povos). Acesso em 10 out 2020.

BORTOLUCI, José Henrique. **Pensamento Eurocêntrico, Modernidade e Periferia**: Reflexões sobre o Brasil e o Mundo Muçulmano. Disponível em [https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-24112009-102949/publico/JOSE\\_HENRIQUE\\_BORTOLUCI.pdf](https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-24112009-102949/publico/JOSE_HENRIQUE_BORTOLUCI.pdf). Acesso em 08 de dezembro de 2019.

BRANCALEONE, C. Comunidade, sociedade e sociabilidade: revisitando Ferdinand Tönnies. **Revista de Ciências Sociais/UFC**. Vol. 39, n. 2, 2008. Disponível em <<http://www.periodicos.ufc.br/revcienso/article/view/511/494>>. Acesso em 10/06/2019.

BRANDÃO, C. R. A comunidade tradicional. *In:* UDRY, C.; EIDT, J.S. **Conhecimento tradicional**: conceitos e marco legal. Brasília/DF: Embrapa, 2015, p. 20 a 101.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em:<[https://www.senado.gov.br/atividade/const/con1988/CON1988\\_05.10.1988/art\\_231\\_.asp](https://www.senado.gov.br/atividade/const/con1988/CON1988_05.10.1988/art_231_.asp)

> Acesso em 29 set. 2018

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em 10 de agosto de 2019.

BRASIL. Constituição Federal de 1988, Publicação do Senado Federal, Brasília, DF.

BRASIL. Decreto n. 6.040, de 7 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm). Acesso em 11 de dezembro de 2019.

BRASIL. **LDB. Lei 9394 (20/12/1996)**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm)> Acesso em 02 out. 2018

BRASIL. **Resolução n.5**, dispõe sobre educação indígena. (22/06/2012). Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=11074\\_rceb005-12-pdf&category\\_slug=junho-2012-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=11074_rceb005-12-pdf&category_slug=junho-2012-pdf&Itemid=30192)> Acesso em 12 set. 2018

BRASIL. Estatuto da Igualdade Racial. Brasília, DF. SEPIR, 2012.

BRASIL. **Decreto nº 3912** de 10 de setembro de 2001. Regulamenta as disposições relativas ao processo administrativo para identificação dos remanescentes das comunidades dos quilombos e para o reconhecimento, a delimitação, a demarcação, a titulação e o registro imobiliário das terras por eles ocupadas. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/2001/d3912.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2001/d3912.htm)>. Acesso em 05 de setembro de 2019.

BRASIL. **Decreto nº 4886** de 20 de novembro de 2003. Institui a Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial - PNPIR e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/2003/D4886.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/D4886.htm)>. Acesso em 05 de setembro de 2020.

BRASIL. **Decreto nº 4887** de 20 de novembro de 2003. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/2003/D4887.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/D4887.htm)>. Acesso em 05 de setembro de 2020.

BRASIL. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Relatório Técnico de Identificação e Delimitação da Comunidade Quilombola Lajeado. 2016.  
BRITRÂNNICA. **Enciclopédia Britânica. Ferdinand Tönnies**. Disponível em <https://www.britannica.com/science/behavioral-science>

CAMPOS, A. C.; MORAES, N. R.; CABRAL, R. A violência cultural nas comunidades tradicionais brasileiras: aproximações teórico-conceituais. *In: Convergências entre os campos da comunicação, democracia e gestão social*: volume 2. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2017. p. 257-270.

CASTELLS, M. A galáxia da internet: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

CERVO, A. L.; BERVIAN, P.A. **Metodologia científica**. São Paulo: Perason, 2004.

CIPRIANO, Zuleia Pereira Cabral. Memórias Presentes nos Topônimos dos Bairros da Cidade de Dianópolis/TO. **Revista Humanidades e Inovação**. V.6, n.14, 2019. Disponível em <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/1257>

COSTA, C. Sociologia. São Paulo: Ática, 2010.

CONDURU, Marise Teles; PEREIRA, José Almir Rodrigues. **Elaboração de trabalhos acadêmicos**: normas, critérios e procedimentos. Belém: Ed. UFPA, 2010.

DESLANDES, Suely Ferreira; MINAYO, Maria Cecília. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis/RJ: Vozes, 2007.

DIAS, R. **Gestão ambiental**: responsabilidade social e sustentabilidade. São Paulo: Atlas, 2007.

DIEGUES, Antonio Carlos Santana; ARRUDA, Rinaldo. **Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2001.

FILHO, Aderval Costa. Quilombos e Povos Tradicionais. **GESTA UFMG**. Disponível em: [https://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/wp-content/uploads/2014/04/TAMC-COSTA\\_FILHO\\_Aderval\\_Quilombos\\_e\\_Povos\\_Tradicionais.pdf](https://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/wp-content/uploads/2014/04/TAMC-COSTA_FILHO_Aderval_Quilombos_e_Povos_Tradicionais.pdf). Acesso em: 17 Out. 2019.

FREITAS, Maria Teresa de Assunção. A abordagem sócio-histórica como orientadora da pesquisa qualitativa. **Cadernos de Pesquisa**, n. 116, 2002. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0100-15742002000200002](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742002000200002). Acesso em: 26 de Out. 2020.

Fundação Cultura Palmares. **FCP**. Certificação Quilombola. Disponível em: <[http://www.palmares.gov.br/?page\\_id=37551#:~:text=Certifica%C3%A7%C3%A3o%20Quilombola,sua%20inscri%C3%A7%C3%A3o%20em%20cadastro%20geral.](http://www.palmares.gov.br/?page_id=37551#:~:text=Certifica%C3%A7%C3%A3o%20Quilombola,sua%20inscri%C3%A7%C3%A3o%20em%20cadastro%20geral.)>. Acesso em: 8 de nov. 2019.

Fundação Nacional do Índio. **FUNAI**. Terras indígenas. Disponível em: <<http://www.funai.gov.br/index.php/indios-no-brasil/terras-indigenas>> Acesso em: 22 Set. 2020.

Fundação Nacional do Índio. **Funai**. Quem são. Disponível em: <<http://www.funai.gov.br/index.php/indios-no-brasil/quem-sao#:~:text=Hoje%2C%20segundo%20dados%20do%20censo,no%20pa%C3%ADs%2074%201%C3%ADnguas%20ind%C3%ADgenas.>> Acesso em: 10 nov. 2020.

GALVÃO, Ana Maria de Oliveira; BATISTA, Antônio Augusto Gomes. Oralidade e escrita: uma revisão. **Revista Cadernos de Pesquisa**, vol.36, n.128, mai-ago/2006. Disponível em [scielo.br/scielo.php?pid=S0100-15742006000200007&script=sci\\_arttext&tlng=pt#sup7](http://scielo.br/scielo.php?pid=S0100-15742006000200007&script=sci_arttext&tlng=pt#sup7)

GOMES, M. P. Os índios e o Brasil: passado, presente e futuro. São Paulo:Contexto, 2018.  
HECK, E.; PREZIA, B. Povos indígenas: terra é vida. 2. ed. São Paulo:Atual, 1999.

HALBAWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

HOPKINS - JOHNS HOPKINS UNIVERSITY. **Coronavirus Resource Center**. Disponível em: <<https://coronavirus.jhu.edu/>> Acesso em 15 de junho de 2020.

HALL, J. A.; YKEMBERRY, G.J. **O Estado**. Lisboa/Portugal: Estampa, 1990.

HOBBSAWN, E. **Era dos extremos**: o breve século XX. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

IBGE. Cidades@, 2013. Disponível em:

<<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/to/dianopolis/panorama>> acesso em 20 de nov. 2020.

KLINK, C. A.; MACHADO, R. B. A conservação do Cerrado brasileiro. **Revista Megadiversidade**, vol. 1, n.1, 2005.

LANZA, R. F. Aldeia Icatu: os Terena no Oeste Paulista e as ligações com o Mato Grosso do Sul. ANPUH-BRASIL. Recife, 2019.

LEFF, E. **Saber ambiental**: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. Petrópolis/RJ: Vozes, 2011.

LEMOS, André. Cidade e mobilidade. Telefones celulares, funções pós-massivas e territórios informacionais. **Revista Matrizes**, vol. 1, n.1. Salvador: UFBA, 2007. Disponível em <[revistas.usp.br/matrizes/article/view/38180](http://revistas.usp.br/matrizes/article/view/38180)>. Acesso em 30 de nov. de 2020.

LÉVI-STRAUSS, Claude. Raça e história. *In*: GUINSBURG, J. Raça e Ciência. São Paulo: Editora Perspectiva, 1970.

LIFSCHITZ, J. A. Comunidades Tradicionais e Neocomunidades. Rio de Janeiro: Editora Contra Capa, 2011.

LITTLE, P. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil. Por uma antropologia da territorialidade. Série Antropologia, n. 322. Brasília: Departamento de Antropologia, 2002.

MAFFEZOLI, M. A transfiguração do político: a tribalização do mundo. Porto Alegre: Sulina, 1997.

MARTINS, Gilberto de Andrade; THEÓPHILO, Carlos Renato. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas**. 2a. edição. São Paulo: Atlas, 2009.

MINAYO, M. C. de S. (org.). **Pesquisa Social**. Teoria, método e criatividade. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MORAES, Nelson Russo de. **Internet, Prestação de Contas e Transparência na Gestão Pública Municipal**. 266 f. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura Contemporâneas) – Salvador: UFBA / Faculdade de Comunicação, 2013.

MORAES, N. R.; CAMPOS, A. C.; SILVA, M. L.; SOUZA, F. C. Comunidades tradicionais: cultura e identidade. **Revista Observatório**, vol. 3, n. 5, 2017.

MORAES, N. R.; CAMPOS, A. C.; MÜLLER, N. M.; GAMBA, F. B.; GAMBA, M. F. D. F. As comunidades tradicionais e a discussão sobre o conceito de território. **Revista Espacios**. Vol.38, n.12, 2017. Disponível em <<http://www.revistaespacios.com/a17v38n12/17381217.html>>. Acesso em 20 de agosto de 2019.

MORAES, N. R.; CAMPOS, Alexandre Castro; SILVA, Matheus Leme; SOUZA,

Fernando da Cruz. Comunidades tradicionais: cultura e identidade. **Revista Observatório**. V. 3, n.5, 2017. Disponível em <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/observatorio/article/view/3667/11287>

MORAES, N. R. ; REGAZZO, C.; FONSECA, J. J. A formação de comunidades tradicionais amazônico-tocantinenses. **Anais do X ENAPEGS** (Encontro Nacional de Pesquisadores sobre Gestão Social). Juazeiro do Norte/CE, Universidade Federal do Cariri - UFCA, 2018.

Mota, Clarice Novaes da. **Ser indígena no Brasil Contemporâneo: novos Rumos para um velho dilema**. Disponível em: [http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0009-67252008000400011](http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252008000400011)>. Acesso em 20 de set. 2019.

NUNES, S. G. C. ; **MORAES, N. R.** ; SOUZA, F.C. . A MÍDIAS DIGITAIS e a nova sociedade: um olhar sobre as interações humanas e as relações organizacionais. 1. ed. Palmas - TO: Editora da Universidade Federal do Tocantins - EdUFT, 2020. v. 1. 75p

OLIVEIRA JÚNIOR, G.B. Oralidade e identidade étnica: a comunidade quilombola de Massapê, município de Carnaubeira da Penha (PE). *Revista Estudos em Relações Interétnicas*. V 21, n.1, 2018, p. 50-68. Disponível em [periodicos.unb.br/index.php/interethnica/article/view/10492/9243](http://periodicos.unb.br/index.php/interethnica/article/view/10492/9243)

ONG, W.J. Oralidade e cultura escrita: a tecnologização da palavra. Campinas/SP: Papirus, 1998.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Deliberação reunião plenária nº 1261, 20 de novembro de 1963. Declaração das Nações Unidas sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial. Disponível em: [https://www.oas.org/dil/port/1963%20Declara%C3%A7%C3%A3o%20das%20Na%C3%A7%C3%B5es%20Unidas%20sobre%20a%20Elimina%C3%A7%C3%A3o%20de%20Todas%20as%20Formas%20de%20Discrimina%C3%A7%C3%A3o%20Racial,%20proclamada%20pela%20Assembleia%20Geral%20das%20Na%C3%A7%C3%B5es%20Unidas%20em%2020%20de%20novembro%20de%201963,%20a%20resolu%C3%A7%C3%A3o%201904%20\(XVIII\).pdf](https://www.oas.org/dil/port/1963%20Declara%C3%A7%C3%A3o%20das%20Na%C3%A7%C3%B5es%20Unidas%20sobre%20a%20Elimina%C3%A7%C3%A3o%20de%20Todas%20as%20Formas%20de%20Discrimina%C3%A7%C3%A3o%20Racial,%20proclamada%20pela%20Assembleia%20Geral%20das%20Na%C3%A7%C3%B5es%20Unidas%20em%2020%20de%20novembro%20de%201963,%20a%20resolu%C3%A7%C3%A3o%201904%20(XVIII).pdf)>. Acesso em: 20 de dezembro de 2020.

PAHO/WHO. Organização Panamericana de Saúde. Disponível em: <https://www.paho.org/bra/>> Acesso em 10 de junho de 2020.

PALACIOS, Marcos. Cultura e Memória: Fases e Escalas dos Estudos de Memória e o Desafio do Antropoceno. *Revista Observatório*, vol. 5, n. 4, 2019

PEREIRA, B. E.; DIEGUES, A. C. **Conhecimento de populações tradicionais como possibilidade de conservação da natureza:** uma reflexão sobre a perspectiva da etnoconservação. Disponível em <https://revistas.ufpr.br/made/article/view/16054>. Acesso em 10 de dezembro de 2019.

PEREIRA, L. A.; SOUZA, R. A. D. **O uso do agrotóxico:** a nova face da questão agrária, Revista OKARA: Geografia em debate, v. 10, n. 1, p. 185-194, 2016

PINHEIRO, C.A. Reflexões sobre a utilização da memória e história oral para a construção de uma historiografia quilombola. **Anais da ANPUH.** Feira de Santana/BA, 2016. Disponível em [encontro2016.bahia.anpuh.org/resources/anais/49/1468169090\\_ARQUIVO\\_TEXTODAAMP\\_UH.pdf](http://encontro2016.bahia.anpuh.org/resources/anais/49/1468169090_ARQUIVO_TEXTODAAMP_UH.pdf)

PINHEIRO, N. S. Vanuíre: conquista, colonização e indigenismo: oeste paulista, 1912- 1967. 1999. 292 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual Paulista, Assis, 1999.

PIZZANI, L.; SILVA, R. C. da.; BELLO, S. F.; HAYASHI, M. C. P. I. A arte da pesquisabibliográfica na busca do conhecimento. **Rev. Dig. Bibl. Ci. Inf.**, Campinas, v.10, n.1, p.53- 66, jul./dez. 2012.

PRODANOV, C.C. **Metodologia do trabalho científico:** métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale. 2013.

RIBEIRO, D. **Os índios e a civilização:** a integração das populações indígenas no Brasil moderno. 2. ed. Petrópolis:Vozes, 1979.

\_\_\_\_\_. O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Global, 2015.  
SÁ-SILVA, J. R.; ALMEIDA, C. D. de.; GUINDANE, J. F. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Rev. Bras. Hist. Cienc. Soc.**, v.1, n.1, p.1-15, 2009.

SANGLARD, F. N.; ORLANDINI, M.; SILVEIRA, B. Virada Conservadora no Brasil: intolerância e repressão a manifestações culturais. Disponível em [http://ctpol.unb.br/compolitica2019/GT5/gt5\\_Sanglard\\_Orlandini\\_Silveira.pdf](http://ctpol.unb.br/compolitica2019/GT5/gt5_Sanglard_Orlandini_Silveira.pdf). Acesso em 05/12/2019.

SEPPPIR, Relatório de Atividades 2005. Disponível em: <https://www.mdh.gov.br/biblioteca/igualdade-racial/relatorio-de-atividades-2005-seppir/view>. Acesso em 30 de set. 2019.

SILVA, J. A.; BERNIERE, C.G.P. Os reflexos da Agricultura de larga escala nas comunidades tradicionais quilombolas: um estudo de caso na Comunidade

Lajeado, Município Dianópolis, Tocantins. **Revista Espaço Acadêmico**, mensal, n. 215, 2019.

SOUZA, C.M. Memória e oralidade: entre o individual e o social. Revista IPUBora em História Departamento de História da UFRR. Disponível em <<https://revista.ufr.br/textosedebates/article/viewFile/1149/936>>. Acesso em dez. 2020.

STAVENHAGEN, Rodolfo. Etnodesenvolvimento: uma dimensão ignorada no pensamento desenvolvimentista. Anuário Antropológico. V.9, n.1, jan-abr, 1985. Disponível em <[periodicos.unb.br/index.php/anuarioantropologico/article/view/6327](http://periodicos.unb.br/index.php/anuarioantropologico/article/view/6327)>. Acesso em 20 de out. 2020.

TÖNNIES, Ferdinand. **Community and society**. Michigan/EUA. Michigan University Press, 1957.

VERGARA, S.C. **Métodos de pesquisa em administração**. São Paulo: Atlas, 2005.

VIEIRA, Marcelo Garcia. **Os direitos fundamentais das comunidades tradicionais: crítica ao etnocentrismo ambiental brasileiro**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2014.

WELLMAN, B.; BERKOWITZ, S.D. Introduction: studying social structures. *in*: WELLMAN, B.; BERKOWITZ, S.D. (orgs). **Social structures. A network approach**. Cambridge: Cambridge University Press, 1991, página 1 a 14.

WOLTON, D. **Pensar a comunicação**. Brasília: UnB, 2004.

ZUMTHOR, P. A letra e a voz: a literatira medieval. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.



## **ANEXO A - Ata da reunião ordinária do mês de janeiro da Comunidade Tradicional de Lajeado (Dianópolis/TO), autorizando a pesquisa de campo**

### **ATA**

Aos doze dias do mês de janeiro de dois mil e vinte às nove horas acontece na comunidade Quilombola Lajeado na casa da associação município de Dianópolis Tocantins a reunião Ordinária da associação do mês de janeiro. De início a secretaria Rejane agradece a presença de todos. Então todos faz a oração universal e entoam o canto do bendito do Divino Espírito. A secretaria Rejane faz a leitura da ata do mês de dezembro que é aprovada pela assembleia. A Celenita fala que junto com Ione, Noelma e Rejane deram início a criação do perfil da Vó Camila, a Celenita diz que apesar de tantas saudades conseguimos viver algumas horas daquilo que pode se tornar boas lembranças e eternas memórias. Foi sugerido fazer a limpeza em torno da casa da associação por todos presentes, então decidiu que no período da tarde desse dia farão a referida limpeza. A Celenita propõe também aos que não tem energia na residência fazerem pedido em grupo junto a presidente Ana Bispo para casa da associação e as demais casas que não tem, portanto ficou marcado para próxima terça-feira dia quatorze de janeiro esse grupo irem na Energisa em Dianópolis. Celenita também diz sobre as folias do ano de dois mil e vinte e uma, e faz o questionamento de quantas serão. A comunidade de posse Dantas vai despacha uma que chegar à nossa comunidade. A Celenita fez promessa de ser encarregada da folia, e diz que a folia deve ser de modo tradicional, como no ano de dois mil e vinte teria uma folia que os senhores Joelcy e Domingos Martins iriam despacharem, porém não houve devido o luto pelo falecimento da matriarca Camila. E bastante discutido em relação quantas folias vai sair pela comunidade, então ficou para os despachantes decidirem, lembrando que é dificultoso encontrar um bom número de foliões necessários pra duas folias. Rejane fala que a advogada solicitou três pessoas para servir de testemunha na ação que os netos do senhor Miguel moveram contra a comunidade Lajeado, então ficou firmado de ser o senhor Alberto Luiz, o senhor Joelcy Ribeiro e Laurenita Gualberto. E falado sobre o mutirão feito para o plantio da roça de mandioca, que foi bastante proveitoso. Laurenita apresenta o senhor Bruno Ricardo Carvalho Pires, o mesmo inicia a sua fala dizendo que é Assistente Social do município de Arraias, mas, que atualmente mora em Porto Nacional. Disse que é integrante do Grupo de Pesquisa GEDGS (UNESP), grupo o qual Celenita, Laurenita e Jardilene são integrantes também. Bruno fez uma breve explicação de quais os objetivos desse grupo e falou que é mestrando do Programa de Comunicação e Sociedade da Universidade Federal do Tocantins – UFT. Em seguida Bruno fala do desejo de realizar a pesquisa do mestrado na comunidade, pesquisa essa se aceita, terá como título “ A Perspectiva Comunicacional da Oralidade para a Produção do Conhecimento na Comunidade Tradicional Quilombola de Lajeado”. Ele acrescenta a sua fala dizendo que tem interesse de realizar a pesquisa na comunidade por ter sentido muito acolhido da vez que veio conhecer a comunidade no Projeto Missão Amazônia/2019, e também por adquirir experiências em outras comunidades quilombolas. O mestrando diz acreditar que essa pesquisa vai colaborar em dar mais visibilidade para os povos tradicionais do Lajeado. Ione Luiz fala em nome da comunidade que

aceita na condição de que de continuidade na pesquisa até o fim, então a assembleia autoriza a realização da pesquisa. O Bruno agradece a confiança depositada, e se disponibiliza em ajudar a comunidade no que estiver ao seu alcance. A Celenita coloca em assembleia o que acha de ela sair como candidata à vereadora na próxima eleição, alguns confirmaram o apoio a ela, pois é de suma importância ter alguém da nossa comunidade no poder legislativo, porém os votos da comunidade não é suficiente para ser eleita, então todos teriam que trabalhar em prol de conseguir votos de pessoas de fora da comunidade, então ela pede todos que estão presentes para que converse com os demais familiares não presente se apoia sair ou não, e na próxima reunião tragam a resposta. A reunião como de costume será no segundo domingo do mês O lanche ficara na responsabilidade de Laureni e Ana. Não havendo nada a mais a relatar a reunião foi encerrada e para consta, eu Rejane dos Santos Gualberto lavrei a presente ata que depois de lida e aprovada será assinada por todos partícipes.

Rejane S. Gualberto  
 Maria Anita G. Pereira, Melvriades S. Gualberto, ALBERTO LUIZ  
 Gualberto, Manoel de Oliveira Santos, André Melino S. Gualberto,  
 Ana Bispo Martins, Lucas dos Santos Gualberto, Lauroni Pedro da Santa Ady  
 Jéssica Albuquerque, Laurenti Gualberto Penna dos,  
 Eugénia B. Martins, Adão Luiz de Albuquerque, José  
 Bispo Martins, Domingos Bispo Martins, Benedito  
 Ribeiro, Delzita Inês de Farias Martins